

BOLETIM ICOM Portugal

Série III n.º 7 Set. 2016

"Papá! O que é o dinheiro?"
"O que é o dinheiro, Paul?"
respondeu.
"Dinheiro?... Ouro, prata, cobre.
Guinéus, xelins, meios cêntimos.
Estás a ver o que são?"
"Ah, sim! eu sei o que são",
disse Paul.
"Não estava a pensar nisso, papá.
O que quero dizer é: afinal o que
é dinheiro?"

and copper-
f-pence.
"They are,"
said Paul. "I don't mean that,
Papa. I mean what's money after
all?"

Charles Dickens,
Dealings with the Firm of Dombey and Son, 1846.

O QUE É O DINHEIRO?
O dinheiro é um valor
abstrato ou um objeto
utilizado como meio
de troca, medida e reserva
de valor, por um grupo,
uma comunidade ou uma
sociedade.
Reflete um sistema
de equivalências entre
bens e serviços.
Para cumprir as suas
funções, o dinheiro deve
ser transportável, durável,
divisível, socialmente
aceite e ter um valor
estável.

WHAT IS MONEY?
Money is an abstract value
or an object which serves
as a means of exchange,
measure and a store
of value for a group,
community or society.
It reflects a system
of equivalence between
goods and services.
If money is to be able
to fulfil its functions,
it must be easy to
transport, durable,
divisible, socially accepted
and have a stable value.

01 TROCAR / TRADING	02 TROCAR / ISTO É DINHEIRO BARTERING / THIS IS MONEY
03 MUNICÍPIO DE LISBOA MUSEU DA MOEDA CONVENÇÃO DE LISBOA	03 CONVENCIÓN / A ORIGEM DA MOEDA CONVENTION



EDITORIAL

A UNESCO produziu novas orientações para o mundo dos museus através de um novo documento adoptado em 2015 – a *Recomendação Relativa à Protecção e Promoção dos Museus e das Colecções, da sua Diversidade e do seu Papel na Sociedade*. A Recomendação percorre os grandes tópicos da Museologia, compreendendo orientações gerais e funcionais sobre o papel dos museus no mundo contemporâneo. É de toda a utilidade para os profissionais compreender o alcance da Recomendação, razão pela qual o ICOM Portugal incluiu um espaço de discussão em torno deste documento durante as últimas Jornadas de Primavera, e volta a fazê-lo agora neste boletim.

É sob o olhar de dois museólogos, Clara Frayão Camacho e Pedro Pereira Leite, que ficamos a conhecer melhor os contextos e os desafios presentes na Recomendação de 2015 (*Em Foco*).

A função social, muito associada no passado ao movimento da Nova Museologia, é hoje referida abundantemente com diferentes sentidos e aplicações. Está longe de ter uma definição normalizada ou de ser uma questão consensual entre os profissionais. Também é um dos aspectos que saiu reforçado na Recomendação de 2015. Daí a interrogação: o que significa hoje a função social, em que se traduz na prática? De que falamos concretamente quando falamos de função social? Da missão dos museus? Do envolvimento dos públicos e das comunidades? Da liderança? Da ética? Do contributo dos museus para a mudança social através do compromisso com os grandes tópicos da sociedade (direitos humanos, migrações e por aí em diante...)? Aida Rechená e Inês Fialho Brandão oferecem-nos as suas *Perspectivas* sobre a questão.

Sara BARRIGA BRIGHENTI é o rosto por detrás do recém-inaugurado Museu do Dinheiro. Faz parte de uma nova geração de profissionais que coloca o visitante em primeiro lugar. Conheça o essencial da sua visão.

O número de Janeiro, o último desta série, será dedicado à gestão de museus e políticas museológicas, procurando suscitar a reflexão sobre algumas das problemáticas que a Museologia portuguesa tem enfrentado nos últimos anos.

Ana Carvalho

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE	3
BREVES	5
EM FOCO	10
CONTEXTOS E DESAFIOS DA NOVA RECOMENDAÇÃO DA UNESCO PARA MUSEUS E COLECÇÕES	10
PERSPECTIVAS	20
O QUE SIGNIFICA HOJE A FUNÇÃO SOCIAL DOS MUSEUS?	20
NOTÍCIAS ICOM	24
MUSEUS & PESSOAS: SARA BARRIGA BRIGHENTI	35
PUBLICAÇÕES	39
SUGESTÕES DE LEITURA	39
NOVAS EDIÇÕES 2016	40
AGENDA	44
FORMAÇÃO	49
CHAMADA PARA PROPOSTAS	50

MENSAGEM DO PRESIDENTE



Entre os dias 3 e 9 de Julho decorreu em Milão a 24.^a Conferência Geral do ICOM subordinada ao tema – *Museus e Paisagens Culturais*. Neste que é o maior encontro internacional de profissionais de museus (o ICOM conta mais de 35 000 membros em 136 países) trocaram-se experiências entre profissionais de museus e de património num evento que reuniu mais de 3 000 associados. Portugal foi um país em destaque pela eleição e presença dos seus membros em lugares de direcção de comités internacionais e alianças regionais. A todos os meus sinceros parabéns e votos de bom trabalho.

Na conferência de Milão foi igualmente feita a eleição de uma nova presidente e vice-presidente do Conselho Consultivo para o triénio 2016–2019, nomeadamente Suay Aksoy (Turquia) e dois vice-presidentes: Laishun An (China) e Alberto Garlandini (Itália), assim como de outros membros ordinários para a direcção e para o Conselho Consultivo.

Foi igualmente aprovado o [plano estratégico](#) do ICOM para o período 2016–2019. Este plano estratégico foi desenvolvido de acordo com três princípios fundamentais: **independência**, **transparência** e **profissionalismo**. Todos eles reiteram a vocação e visão do ICOM para fortalecer ainda mais o compromisso e a solidariedade da organização para profissionais de museus no mundo. Estas acções visam, por um lado, promover a democracia e defender o património cultural universal contra todas as formas de destruição arbitrária e criminosa e, por outro lado, melhorar a sua estrutura e natureza das suas intervenções, bem como a causa dos museus no mundo.

Na assembleia-geral do dia 9 de Julho foram aprovadas em Milão quatro resoluções que aqui se resumem:

- Resolução n.º 1 – A responsabilidade dos museus relativamente à paisagem, elemento essencial do ambiente físico, natural, social e simbólico da Humanidade (Carta de Milão);
- Resolução n.º 2 – Inclusão, interseccionalidade e igualdade de género nos museus;
- Resolução n.º 3 – Fortalecimento da protecção dos bens culturais durante e após conflitos armados, actos de terrorismo, revoluções e conflitos sociais;
- Resolução n.º 4 – Promoção e protecção de objectos culturais em empréstimos internacionais.

Fica o convite à participação, daqui a três anos, na próxima Conferência Geral que se realizará em Quioto (Japão), sob o tema: *Os Museus como Plataformas Culturais: O Futuro da Tradição*.

Outro convite que lanço é a participação nas Jornadas de Outono do ICOM Portugal 2016, a 29 de Outubro, este ano realizadas em Viseu, com o Museu Nacional Grão Vasco, e cujo tema é *Museus, Comunidade e Turismo, um Triângulo Virtuoso?* Pretendemos com este tema abordar as relações, entre benefícios e desvantagens, estabelecidas entre os museus e as comunidades onde estão inseridos, tendo em conta as novas realidades ligadas aos fluxos turísticos que procuram os museus. Neste encontro contaremos com a colaboração e participação de alguns convidados, nomeadamente dos presidentes do ICOM Espanha, ICOM Europa e ICOFOM (Comité Internacional para a Museologia), entre outros.

Destaco ainda duas importantes conferências que irão decorrer em Novembro e às quais o ICOM Portugal se associa. A 3 e 4 de Novembro realiza-se na Fundação Calouste Gulbenkian, por iniciativa do ICCROM, uma conferência internacional dedicada ao *Património Cultural: Prevenção, Resposta e Recuperação de Desastres*, tema de grande actualidade a que todos devemos estar atentos. A 28 e 29 de Novembro o ICOM Europa realiza uma conferência internacional sobre os museus nacionais e a sua importância a nível internacional.

José Alberto Ribeiro, 29 de Agosto de 2016

BREVES

ICOM Portugal representado em Milão

Realizou-se, entre 3 e 9 de Julho, a 24.ª Conferência Geral do ICOM em Milão, Itália. Esta conferência teve como mote os "Museus e Paisagens Culturais" e contou com a participação de mais de 3 000 delegados de países de todos os continentes. O ICOM Portugal esteve representado oficialmente pelo nosso presidente, José Alberto Ribeiro, acompanhado pela Joana Sousa Monteiro, pelo Mário Antas e pela Dália Paulo.



ICOM internacional tem nova presidente

Suay Aksoy (Turquia) é a nova presidente do ICOM durante os próximos três anos, sucedendo ao alemão Hans-Martin Hinz (2010–2016). Tem um currículo assinalável no desenvolvimento e liderança de projectos museológicos na Turquia, assim como na docência em estudos de museus. Aksoy esteve na direcção do CAMOC (Comité Internacional para as Colecções e Actividades dos Museus de Cidade) entre 2010 e 2014, e era directora do ICOM Advisory Committee desde 2013. No seu primeiro discurso como presidente do ICOM, Aksoy sublinhou a necessidade de diversificar as áreas de trabalho dos museus e os seus

métodos, a importância das parcerias e o reforço da formação dos profissionais, entre outros aspectos.

ICOM renova imagem

Foi apresentado a 6 de Julho o novo logótipo do ICOM em Milão. O logótipo foi concebido pela empresa studio C-album e foi seleccionado através de um concurso internacional. O novo logótipo baseia-se nos princípios da universalidade e da simplicidade. O processo de renovação da imagem do ICOM começou em 2014 e enquadra-se na celebração dos 70 anos do ICOM e no âmbito do novo plano estratégico para 2016–2019. O último logótipo havia sido criado em 1994.





Luís Raposo na presidência do ICOM Europa

No passado dia 5 de Julho, Luís Raposo foi eleito presidente do ICOM Europa. Durante o seu mandato (três anos), Raposo pretende organizar “duas conferências anuais (...) em diferentes países, sobre temas de actualidade como o conceito de museu nacional, as fusões de museus, os novos modelos e gestão dos museus, entre outros”, afirmou em notícia divulgada pela [TSF](#). Actualmente, Raposo faz parte dos quadros do Museu Nacional de Arqueologia, é professor convidado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e é membro do Conselho Consultivo da Comissão Nacional Portuguesa da UNESCO. É ainda vice-presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses e foi presidente do ICOM Portugal entre 2008 e 2014.

Joana Sousa Monteiro na liderança do CAMOC

O CAMOC (Comité Internacional para as Coleções e Actividades dos Museus de Cidade) elegeu uma nova direcção para o triénio 2016–2019 liderada por Joana Sousa Monteiro, que era já um membro activo na direcção cessante. «Quero continuar a contribuir o melhor possível para o desenvolvimento do CAMOC (...), um dos comités internacionais mais relevantes do ICOM», [afirmou](#). Joana Sousa Monteiro é actualmente directora do Museu de Lisboa (2015) e secretária do ICOM Portugal. Entre 2010 e 2014 foi consultora da Câmara Municipal de Lisboa para a área dos museus e do património e para a reprogramação do Museu de Lisboa. Antes disso colaborou na Rede Portuguesa de Museus durante dez anos, primeiro como assistente de coordenação e depois como coordenadora.



Marta C. Lourenço é a nova presidente do UMAC

A portuguesa Marta C. Lourenço foi eleita presidente do UMAC (Comité Internacional para os Museus e Coleções Universitárias). M. C. Lourenço tem tido um papel activo tanto no ICOM Portugal, do qual foi secretária entre 2008 e 2014, como no UMAC. Faz parte dos quadros dos Museus da Universidade de Lisboa e está ligada à PRISC Portuguese Research Infrastructure of Scientific Collections Scientific Instrument Commission (SIC) e à UNIVERSEUM - European Academic Heritage Network.



Alexandre Matos é membro da nova direcção do CIDOC



O CIDOC também elegeu em Milão uma nova direcção que é agora chefiada por Monika Hagedorn-Saupe (Alemanha). Destacamos em particular a eleição do português Alexandre Matos que é um dos membros da nova direcção. «O contributo que tentarei dar diz respeito a uma maior cooperação entre comités internacionais e nacionais no sentido de todos contribuírem para melhorar a forma

como documentamos e gerimos os nossos museus e colecções em benefício do público» afirmou Alexandre Matos no seu [blogue](#). Conheça a equipa completa no [website](#) do [CIDOC](#).

Mário Nuno Antas integra a nova direcção do CECA

Foi eleita uma nova direcção para o CECA (Comité Internacional para a Educação e Acção Cultural) para o triénio 2016–2019, liderada por Milene (Mila) Chiovatto (Brasil), que sucede a Emma Nardi. São ainda membros da direcção Mário Nuno Antas (Portugal), que terá a função de coordenador regional para a Europa, Victoria Phiri (Zâmbia), Margarita Laraignée (Argentina), Ayumu Ota (Japão), Jorge Albuja (Equador), Ani Avagyan, (Arménia) e Michael Gyldendal (Dinamarca).



MINOM reúne no Brasil e apresenta nova direcção



Na sequência da XVII Conferência Internacional do MINOM (Movimento Internacional para uma Nova Museologia), ocorrida em Nazareth (Brasil), entre 3 e 7 de Agosto, foi eleita uma nova direcção que irá coordenar este Movimento até 2019. O brasileiro Mário Chagas sucedeu a Paula Assunção na presidência e foram ainda eleitos: Mário Moutinho (Portugal) na qualidade de vice-presidente, juntamente com Marcelle Pereira (Brasil), Tamara Glas (França) como secretária e quatro conselheiros: Michelle Stefano (Estados Unidos), Robert Heslip (Irlanda do Norte), Pedro Pereira Leite (Portugal) e Claudia Storino (Brasil). Mais informação: <http://www.minom-icom.net>



José Gameiro na presidência do júri de prémio Museu Europeu do Ano até 2018

Também em Milão, em reunião do European Museum Forum (EMF) no dia 8 de Julho, decidiu-se que José Gameiro permanecerá no cargo de presidente do júri do prémio Museu Europeu do Ano até 2018. José Gameiro é director científico do Museu de Portimão e vogal da direcção do ICOM Portugal para o triénio 2014-2017.

Museums in short premeia filme do Museu Municipal da Murtosa

Vídeo do Museu Municipal da Murtosa foi distinguido com o prémio *Museums in Short* na categoria da “escolha mais popular”. *Museums In Short* é um concurso de pequenos vídeos para museus europeus. É organizado por um consórcio de várias organizações europeias ligadas a museus. Saiba mais em: <http://www.museumsinshort.eu/>



P R O J E T O



ICOM Portugal divulga o projecto SOS Azulejo

A defesa e promoção do património cultural português tem sido, ao longo de décadas, uma linha que marca a actuação do ICOM Portugal enquanto organização de profissionais deste sector. Neste sentido, o ICOM Portugal dá a conhecer o projecto "O Azulejo Português como Paisagem Cultural",

uma iniciativa inserida no programa SOS Azulejo, pela sua importância na conservação e salvaguarda do azulejo português e pela ligação ao tema *Museus e Paisagens Culturais* adoptado este ano na 24.ª Conferência Geral do ICOM. Mais informações em: <http://icom-portugal.org>



Prémios APOM 2016

Os museus distinguidos pela Associação Portuguesa de Museologia (APOM) de 2016 foram anunciados no dia 3 de Junho em cerimónia realizada no Museu do Dinheiro (Lisboa). Foram atribuídos prémios distribuídos por 26 categorias e várias menções honrosas. Conheça a lista completa dos premiados em: <http://bit.ly/2bklHlr>.

ICOM Portugal participa em projecto internacional

O projecto internacional Mu.SA - *Museum Sector Alliance* pretende criar um conjunto de ferramentas de formação (em formato MOOC) que possa ajudar os profissionais de museus na área das novas tecnologias. O projecto tem a duração de três anos e é liderado pela Hellenic Open University (Grécia). O consórcio conta com três parceiros portugueses: o ICOM Portugal, a Universidade do Porto e a empresa Mapa das Ideias (Portugal), e ainda oito parceiros de Itália, Grécia e Bélgica: Melting Pro Learning (Itália), Link Campus University (Itália), National Organisation for the Certification of Qualifications and Vocational Guidance (Grécia), Symbola - Foundation for Italian Qualities (Itália), The Institute of Vocational Training AKMI (Grécia), Istituto per I Beni Artistici Culturali e Naturali della Regione Emilia Romagna (Itália), ICOM Grécia e Culture Action Europe (Bélgica).

ICOM
Portugal



3.ª edição dos prémios Acesso Cultura

Foram entregues no dia 17 de Junho os prémios Acesso Cultura 2016, numa cerimónia realizada no Museu Nacional de Arte Contemporânea - Museu do Chiado. O prémio “Acessibilidade Física” foi atribuído ao Grupo Dançando com a Diferença, o prémio “Acessibilidade Social” às Comédias do Minho e à Sociedade Artística de Pousos em *ex-aequo*, e o prémio “Acessibilidade Integrada” ao Parque Biológico da Serra da Lousã. Foram ainda atribuídas menções honrosas. Saiba mais em: <https://acessocultura.org>

EM FOCO

Contextos e Desafios da Nova Recomendação da UNESCO para Museus e Coleções



A *Recomendação Relativa à Protecção e Promoção dos Museus e das Coleções, da sua Diversidade e do seu Papel da Sociedade* (doravante Recomendação de 2015) foi aprovada a 17 de Novembro de 2015, em Paris, no âmbito da 38.ª sessão da assembleia-geral da UNESCO. O último documento da UNESCO referente a museus datava de 1960. Mais de 50 anos passados, esta nova Recomendação marca uma posição sobre as orientações que devem ser seguidas pelos Estados Membros em matéria de políticas museológicas.

Porquê uma nova Recomendação da UNESCO para os museus e para as coleções? Como surge? Que contextos? Qual a sua importância? Quais as novidades? Que impacto para as políticas nacionais? Estas são algumas das questões a que este texto procura responder através de dois olhares, o de [Clara Frayão Camacho](#), que foi a perita nacional envolvida na discussão durante a fase preparatória do documento, e de [Pedro Pereira Leite](#), museólogo que tem centrado a sua investigação na função social dos museus. O guião é de [Ana Carvalho](#).¹

¹ Este texto tem por base o painel de debate sobre a Recomendação de 2015, promovido pelo ICOM Portugal no âmbito das XIII Jornadas de Primavera que tiveram lugar no Palácio Nacional da Ajuda a 28 de Março de 2016. A transcrição da discussão foi realizada por Pedro Pereira Leite e o texto editado por Ana Carvalho e revisto pelos autores.

Ana Carvalho – Clara F. Camacho, quais são, na sua opinião, as principais novidades que a Recomendação de 2015 traz?

Clara F. Camacho – Esta Recomendação tem um significado histórico desde logo por ser a segunda vez que a UNESCO produziu um documento orientador direccionado apenas para os museus. Na minha opinião, esta é a principal novidade.

O segundo aspecto é a consideração das colecções museológicas por si, ou seja, como objecto de protecção e promoção.

O terceiro aspecto é o acento na consideração da função social dos museus, que não é para os profissionais desta área uma novidade, mas que num documento deste género assume outro alcance.

Finalmente, o facto deste documento ser directamente voltado para influenciar as políticas públicas nos Estados Membros. É neste ponto que a Recomendação se diferencia completamente dos documentos do ICOM, que são voltados para os profissionais, uma vez que se trata de uma organização de profissionais de museus. A UNESCO é uma organização de Estados Membros e de Governos que aí estão representados. E esta Recomendação tem como objectivo final ser adoptada pelos Estados Membros.

Ana Carvalho – E quanto à primeira Recomendação da UNESCO de 1960, que relação se pode estabelecer?

Clara F. Camacho – A actual Recomendação emergiu, assim, de um documento praticamente esquecido e raramente mencionado na teoria museológica e nos manuais de Museologia. Esse documento é a *Recomendação Relativa Aos Meios Mais Eficazes de Tornar os Museus Acessíveis a Todos* (UNESCO, 1960). Não se trata de uma recomendação geral sobre museus, mas de um documento centrado na questão da comunicação com os públicos, como diríamos hoje.

A *Recomendação Relativa Aos Meios Mais Eficazes de Tornar os Museus Acessíveis a Todos* surgiu 15 anos depois do nascimento da UNESCO. Note-se que nos anos 1950 já havia duas Recomendações que incidiam sobre Património Cultural e indirectamente sobre museus: a Convenção de Haia de 1954 relativa à *Protecção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado* – criada na sequência da Segunda Guerra Mundial – e a *Recomendação Relativa a Escavações Arqueológicas*, de 1956.

Pelo lado dos museus, as questões da participação e da cooperação começavam a surgir nesta época. A Recomendação de 1960 é nesse ponto bastante vanguardista, muito embora não tenha tido depois uma aplicação e um olhar muito significativo.

Muito sucintamente, a Recomendação de 1960 assenta em dois princípios: o princípio da acessibilidade a todos aos museus, sem distinção de condição económica e social; e

o princípio da responsabilidade dos Estados Membros em relação aos museus que tutelam.

O documento explora com bastante pormenor aspectos que hoje são banais para os profissionais de museus, nomeadamente a necessidade de haver textos de enquadramento nas salas, visitas guiadas, horários, estar aberto ao público, etc. Alguns desses conteúdos foram entretanto ultrapassados pela evolução da instituição museu e pelo evoluir do tempo.

Todavia, a parte final da Recomendação de 1960 que se refere ao papel dos museus na comunidade pode hoje ser lida com grande actualidade. A Recomendação de 1960 incentiva à participação dos públicos, entendendo os museus como centros culturais e intelectuais. Se fizermos uma pequena deriva para o que era a política pública da cultura em França encontramos grandes paralelos com o pensamento de André Malraux e até com as Casas da Cultura. É possível que tenha havido influência francófona nesta Recomendação.

A Recomendação de 1960 dá enfoque também à cooperação entre os museus e entre museus e outras organizações, à criação de serviços educativos, à criação de grupos de amigos do museus e à criação de “clubes de museus”. Esta última medida, que hoje pode parecer anacrónica, pretendia à época incentivar a participação dos jovens na vida dos museus.

É um texto que ficou na sombra. Os textos do ICOM e a reflexão dos seus comités vieram sobrepor-se e passados todos estes anos a Recomendação de 1960 emergiu como antecedente da Recomendação de 2015.

Ana Carvalho – Pedro P. Leite, relativamente à educação popular e à intervenção da UNESCO, nomeadamente o Seminário Regional sobre o papel pedagógico dos museus de 1958 no Rio de Janeiro, que contributos foram esses e como nos podem ajudar a entender o espírito da Recomendação de 1960?

Pedro P. Leite – O que aconteceu à seguir à Segunda Guerra Mundial é que o mundo se transformou muito rapidamente e na UNESCO começavam a ter assento um conjunto de novos Estados recém-independentes. Na América do Sul, cujos países já tinham acedido à independência há várias décadas, começava também a ganhar uma grande vitalidade o papel da intervenção social do Estado.

Relativamente a 1958 e à discussão sobre cultura e o papel museus há uma apropriação e uma transformação das coisas decorrente da vitalidade e da diversidade que caracteriza a acção dos sul-americanos. Não é por acaso que a Recomendação de 2015 teve como país protagonista o Brasil.

Em 2003, quando se formou o Ministério da Cultura no Brasil, tomando então posse Gilberto Gil, o ministério foi organizado a partir de uma abertura à sociedade, auscultando os profissionais, nomeadamente os que já actuavam em museus. Estes

profissionais souberam organizar-se e criar uma agenda, propondo uma “Museália”, ou seja, uma Museologia com sabor tropical, em associação ao termo “Tropicália”, o movimento de renovação da música popular brasileira que marcou os anos 1970.

Foi neste contexto que se constituiu um grupo de trabalho para debater o que seria a política pública para os museus. É no âmbito destes debates e das práticas que então se desenvolviam no Ministério da Cultura do Brasil que surgiu a ideia de reunir parceiros para propor à UNESCO a criação dum novo documento para os museus que actualizasse a sua função na sociedade. Por exemplo, em 2007, estas questões seriam lançadas num encontro organizado pelo Ibermuseum² e na adopção da *[Declaração da Cidade de Salvador](#)*.

Gostava de salientar que a Recomendação de 2015 e o processo que levou à sua aprovação, em cerca de cinco anos, foi muito eficiente. Para quem conhece os procedimentos da UNESCO, onde tudo necessita de ser consensualizado, esta Recomendação foi o resultado da negociação e da capacidade de criar alianças, em que a diplomacia brasileira se empenhou e mostrou muita agilidade.

Como resultado de uma negociação, é natural que a Recomendação tenha questões menos claras ou menos precisas. Por exemplo, a questão da função social dos museus é ainda um tópico tenso na comunidade museológica. Haverá ainda hoje colegas que afirmam que os museus não têm que ter em atenção a sua função social, tal como há cientistas que defendem que a ciência não tem que ter uma função na sociedade, apenas o dever de investigar, cabendo depois à sociedade fazer o que bem entender com esses resultados.

Ana Carvalho – Já se referiu o protagonismo do Brasil no desencadear deste processo. Clara F. Camacho, que passos concretos foram depois dados para a aprovação da Recomendação de 2015?

Clara F. Camacho – Esta Recomendação deve-se, efectivamente, a uma proposta do Instituto Brasileiro dos Museus (IBRAM) junto do seu Ministro e depois do seu Governo, que foi apresentada na *[conferência](#)* da UNESCO de 2012.

O IBRAM é um instituto muito recente, acabava de ser criado naqueles anos. Uma vez que os seus protagonistas eram os mesmos que já vinham do Departamento de Museus do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) – esta questão já estava a ser tratada – havia um entendimento por parte dos colegas brasileiros de que o assunto dos museus devia ser elevado até às instâncias da UNESCO.

² O programa Ibermuseum teve origem no I Encontro Ibero-Americano de Museus realizado em Salvador (Bahia) de 26 a 28 de Junho de 2007. Trata-se de uma iniciativa de cooperação e integração dos países ibero-americanos com o objectivo de fomentar e articular as políticas públicas para a área de museus e da Museologia. É uma rede constituída por 22 países, incluindo Portugal.

Nessa primeira etapa, a ideia que germinava era a de uma Convenção. A questão foi então levada à [Conferência Geral](#) da UNESCO de 2011.

Em 2012, a UNESCO, em conjunto com o IBRAM e o ICOM – foi nessa altura que o ICOM entrou neste processo – realizou uma [conferência](#) tripartida no Rio de Janeiro. Foi nesta reunião de trabalho que se decidiu encomendar dois estudos a peritos para verificar a viabilidade da proposta. Os estudos foram encomendados a Patrick O’Keefe e a François Mairesse com duas perspectivas diferentes.

Patrick O’Keefe é um conhecido jurista do Património Cultural, consultor da UNESCO e de vários governos, sobretudo na área anglófona (Reino Unido e Austrália) e tem estado ligado a muitos dos documentos e leis que nos habituámos a ler. François Mairesse é um museólogo bem conhecido, autor de numerosa bibliografia, sendo inclusivamente um dos autores do *Dictionnaire Encyclopédique de Muséologie* (2011).

Patrick O’Keefe elaborou um [parecer](#) num sentido mais legalista, estudando a documentação já existente. É preciso notar que existem cerca de 20 Convenções e Recomendações da UNESCO que têm uma relação directa ou indirecta com museus, desde os seus primórdios. Incidem todas no âmbito do Património Cultural: tráfico ilícito, património arqueológico, património cultural imaterial, diversidade cultural, etc. O’Keefe incluiu um conjunto de orientações e as influências que deveriam ser levadas em conta e defendeu a criação de uma Recomendação em vez de uma Convenção.

Quanto ao François Mairesse, o seu [parecer](#) foi também no sentido de se optar por uma Recomendação. Porém, a sua análise centrou-se no ponto de vista museológico e histórico, acentuando sobretudo as grandes transformações que os museus têm tido ao longo das últimas décadas e função social e económica que representam nas sociedades.

Há, contudo, um pormenor importante. Desde o início que o Brasil tinha proposto à UNESCO uma Recomendação sobre Museus e sobre Coleções, o que significava, de certo modo, uma ruptura com tudo o que se havia feito até então, uma vez que o ICOM ocupa-se de museus e não de coleções que estejam fora do ambiente museológico. O parecer de Mairesse apontou claramente para a não entrada das coleções na futura Recomendação. Mairesse fez uma análise interessante sobre o conceito de coleção museológica e de coleção patrimonial, concluindo que o âmbito dos documentos da UNESCO se deveria manter no campo institucional, no campo dos museus enquanto instituições e de acordo com o próprio conceito do ICOM.

Na sequência destes pareceres, a UNESCO elaborou o seu próprio parecer preliminar. Esse parecer, assinado por Irina Bokova, directora geral da UNESCO, foi enviado a todos os Estados Membros, incluindo Portugal. Tínhamos tido, ainda no tempo do Instituto Português dos Museus, contactos com os colegas brasileiros do IBRAM, e acompanhado a sua vontade em produzir um documento na UNESCO. Mas do ponto de vista oficial

Portugal foi contactado pela UNESCO, à semelhança dos outros países, no sentido de indicar peritos nacionais para ajudarem a discutir este documento.

Fizemos o nosso parecer e em Maio de 2015, coube-me a mim, em representação da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), ir à assembleia-geral de peritos na UNESCO para discutir esta proposta.

Todavia, quando a assembleia-geral de peritos se inicia – foram praticamente 48 horas de discussão muito acalorada – o documento que nos foi entregue incidia apenas sobre os museus, excluindo as colecções. Deu-se, então, um conjunto de alianças estratégicas, geopolíticas e geomuseológicas que são, por vezes, um pouco inesperadas. Não houve, portanto, um alinhamento europeu. Por um lado, porque os agrupamentos políticos regionais da UNESCO são um pouco diferentes. E os países da Europa não estão unidos nestas matérias, antes pelo contrário.

O que é que se passou ao longo daqueles dois dias? O que é que foi alterado e quais foram os sucessos do Brasil enquanto protagonista principal e, de certo modo, líder da assembleia?

Portugal integrou o grupo do Ibermuseus. Este é um dos pontos principais da política internacional e das alianças internacionais da DGPC, como já era antes do Instituto dos Museus e da Conservação, e foi com esse grupo que nos alinhámos ao longo de toda a assembleia. Os países ibero-americanos estavam maioritariamente representados e, com a liderança do Brasil, tentou-se reencaminhar as discussões no sentido da reintrodução da questão das colecções e de uma maior especificação das funções museológicas. Este último aspecto, quando chegou à assembleia-geral, também de acordo com o parecer de François Mairesse, consistia em apenas três funções, e dessas funções estava ausente a educação, que estaria incluída na “comunicação”. Foram os colegas espanhóis que propuseram a alteração e a assembleia concordou. Embora a questão das colecções tivesse gerado grande discussão, acabou também por ser aprovada no final.

Nos blocos que se formaram havia um bloco expressivo constituído pelos países europeus nórdicos que, de uma maneira geral, se mostrou bastante conservador em relação ao tema das funções dos museus e à integração dos aspectos sociais. Este bloco considerava que toda a documentação existente, nomeadamente a documentação do ICOM, já explorava estas temáticas, considerando-as questões consensuais e não vendo, por isso, necessidade de aprofundá-las no texto da Recomendação. Por contrapartida, o grupo ibero-americano tinha uma outra posição. O país que desempenhou um papel importante no desempate desta questão foi o Canadá, um país habituado a fazer este género de pontes em termos diplomáticos.

Uma breve nota para recordar que os Estados Unidos continuam a não estar presentes na UNESCO. Têm entrado e saído consoante as fases políticas que o mundo vai atravessando, mais recentemente pelo facto da UNESCO ter aceite a Palestina no

seu seio. Por sua vez, notámos da parte da Palestina grande capacidade interventiva. Aliás, há um pormenor na Recomendação que se deve à Palestina e que numa leitura normal é difícil de apreender. Trata-se da parte em que refere que os Estados Membros da UNESCO têm responsabilidade sobre os museus nos territórios localizados sob sua jurisdição ou controlo. Esta proposta foi aceite pela assembleia e acabou por figurar no texto final da Recomendação.

No cômputo geral, os aspectos mais relevantes na proposta inicial do Brasil, e aqueles com os quais Portugal estava de acordo e todo o grupo do Ibermuseus, ficaram na Recomendação, embora não houvesse desenvolvimento de alguns aspectos que teriam merecido.

Da assembleia de peritos resultou o documento que veio depois a ser aprovado pela assembleia-geral da UNESCO, a 17 de Novembro de 2015.

Ana Carvalho – Quais são as implicações da distinção entre museus e colecções?

Clara F. Camacho – As colecções acabaram por ter uma expressão mínima ao longo da Recomendação. Quem lê o documento sem conhecimento prévio de todas estas pequenas histórias, poderá ficar um pouco desiludido. As colecções, entendidas fora das instituições museológicas, figuram apenas em três pontos: no próprio título, o que foi *per se* bastante difícil de conseguir; na parte inicial – Definição e Diversidade dos Museus (parte I) –, onde se define colecção como «um conjunto de bens culturais e naturais, materiais e imateriais, passados e presentes», reflectindo em parte a definição do ICOM; e num terceiro momento a propósito da sua protecção e promoção, porque esta é a razão de ser da Recomendação: «proteger e promover os museus e as colecções».

O texto é bastante vago quanto às colecções, especificando apenas que se trata de colecções instaladas em instituições que não são museus. E é neste ponto que a Recomendação de 2015 e a Lei-Quadro dos Museus Portugueses se entroncam. Porque o conceito de “colecção visitável”³ que está na Lei de 2004 corresponde a este novo conceito de colecção, que não existia e que foi definido a nível internacional com este poder orientador e influenciador que tem a Recomendação.

O que é pedido nesta Recomendação aos Estados Membros é que produzam legislação para proteger e promover as colecções visitáveis. Uma vez que no caso português já temos as colecções visitáveis apontadas na Lei-Quadro dos Museus Portugueses, agora é necessário desenvolver e aprofundar o conceito, e concretizar o que a própria Lei refere num segundo ponto, após definir as colecções visitáveis, ou seja, aprofundá-las e construir programas de apoio. Temos previsto no Departamento de Museus da DGPC a

³ Considera-se colecção visitável «o conjunto de bens culturais conservados por uma pessoa singular ou por uma pessoa colectiva, pública ou privada, exposto publicamente em instalações especialmente afectas a esse fim, mas que não reúna os meios que permitam o pleno desempenho das restantes funções museológicas que a presente lei estabelece para o museu» (artigo 4.º, ponto 1).

constituição de um grupo de trabalho para as colecções visitáveis, de maneira a definir e a aprofundar este tema com o apoio de meia dúzia de profissionais que se têm interessado por estas temáticas.

Embora haja muito trabalho a fazer, são sobretudo os países do sul da Europa que já contemplam as colecções na sua legislação. Esse é o caso da legislação portuguesa, das leis das comunidades autónomas de Espanha e também das leis da regiões italianas. No resto da Europa é um tema um pouco ausente.

Ana Carvalho – Pedro P. Leite, na sua opinião, como é que os museus podem desenvolver a sua função social e contribuir para a inovação social?

Pedro P. Leite – Nós temos vindo a discutir e a trabalhar sobre isso há vários anos e já temos várias teses sobre esta questão. Não há uma solução única. Neste momento há uma grande discussão no campo da Museologia. Afinal, para que serve um museu? Para que serve uma colecção? E a resposta pode ser a mais diversificada.

O texto da própria Recomendação é, por vezes, contraditório. Por exemplo, quando se refere à educação, diz-se que os museus devem contribuir para a educação formal e não formal. Depois, mais à frente refere-se que os museus devem trabalhar a educação não formal e informal. Quem trabalha em educação sabe que cada uma destas palavras – “formal”, “não-formal” ou “informal” – revela uma opção sobre os processos educativos.

Na América do Sul dos anos 1960 e 1970 discutia-se que o museu devia contribuir para a sociedade, para a comunidade onde estava inserido. Considerava-se que os museus deveriam contribuir para o acesso à educação do povo. A função social surgiu neste caldo onde se fermentava o desejo de criar sociedades mais justas e inclusivas.

É necessário não esquecer que temos como base das nossas sociedades a ideia da *paideia* grega, de que é possível transformar através da educação. A educação é um processo de crescimento que permite construir um mundo mais justo que possa ultrapassar a questão da fome e promover a saúde. Enfim, um conjunto de situações para as quais esta Recomendação também chama a atenção quando refere a importância dos museus ao serviço do desenvolvimento.

Para concluir, diria que o desenvolvimento da função social dos museus depende de cada um de nós, dos profissionais, da sensibilidade que temos para viver na sociedade e nela actuar, para a transformar, para a tornar mais justa, para ser um espaço de promoção de paz e de resolução de conflitos e para contribuir para o crescimento das pessoas. E depende também da nossa capacidade técnica. Hoje em dia trabalhar em museus é também trabalhar com as pessoas, saber trabalhar com grupos e saber comunicar a relevância dos objectos.

Vale a pena não esquecer que os objectos que estão à nossa disposição não são nossos, são objectos que nos chegam do passado e que temos que legar para o futuro em

função da relevância que hoje lhes atribuímos. Esse é um movimento que, na minha opinião, faz parte integrante da função social dos museus.

Ana Carvalho – Uma das orientações da Recomendação de 2015 foca-se no emprego e no desenvolvimento da carreira profissional dos museus. Olhando para a realidade portuguesa, de que forma estas orientações poderiam ser mais desenvolvidas?

Clara F. Camacho – A Recomendação tem no seu ponto IV as orientações mais operacionais, incluindo considerações sobre *Políticas gerais e Políticas funcionais*. É um conjunto de tópicos de apoio às funções museológicas, que contempla as parcerias com as comunidades, a prioridade aos inventários, seguir as boas práticas e os padrões do ICOM, desenvolver políticas de emprego e de formação profissional, providenciar garantias de financiamento, o acesso às tecnologias, a cooperação e as parcerias, e a função social dos museus.

Entre estes aspectos, e em relação à pergunta, há um ponto que eu gostava de realçar porque tem a ver com o posicionamento que os Estados e os respectivos governos devem ter de acordo com esta Recomendação face às actividades económicas. Refere-se ao ponto 15:

«Os Estados Membros não devem conferir prioridade elevada à geração de receita em detrimento das funções fundamentais dos museus. Os Estados Membros devem reconhecer que aquelas funções fundamentais [e estamos-nos a referir à preservação, à investigação, à comunicação e à educação], por serem de extrema importância para a sociedade, não podem ser expressas em termos puramente financeiros» (in *Relações dos museus com a economia e com a qualidade de vida*).

Sabemos que é com questões desta natureza que muitos dos nossos colegas se confrontam no seu dia-a-dia. E o facto de haver uma consciência, de ter havido uma discussão e de se ter introduzido estas questões num documento orientador internacional é muito relevante.

Um outro aspecto é a questão da empregabilidade do pessoal dos museus. A Recomendação, para além de apontar no sentido de os museus deverem ter profissionais qualificados, recomenda também aos governos que sejam activos na promoção dessa empregabilidade e da própria formação profissional. São os tópicos talvez com mais impacto e os que podem agora ser assimilados e desdobrados de modo a serem incorporados em futuros planos estratégicos e operacionais das instituições.

Ana Carvalho – Em Portugal já temos a Lei-Quadro dos Museus Portugueses de 2004. De que forma é que esta Recomendação pode fazer a diferença nas políticas nacionais portuguesas?

Pedro P. Leite – Esta Recomendação é um instrumento que pode influenciar. Quando os Estados Membros se comprometem com uma Recomendação, como aconteceu com

Portugal, significa que há a responsabilidade de a implementar, pelo menos ao nível da produção de legislação e ao nível dos museus que tutelam. Isso é já extremamente positivo. Ou seja, aperfeiçoar o que existe.

Mas há também um outro alcance desta Recomendação, que são as relações com a lusofonia, sobretudo com os países africanos de expressão portuguesa, tais como Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, mas também das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo que se encontram nos Estados Unidos, no Canadá, na América Central, na Venezuela, na África do Sul, em Goa e no Extremo Oriente, em Timor. Em muitos destes lugares os instrumentos jurídicos não são tão afinados como os que existem em Portugal, e através desta Recomendação, que agora foi traduzida para português, é possível ajudar a compreender e a desenvolver trabalho nesta área. É um instrumento que nos pode ajudar na produção de um pensamento científico nesses países. Quem trabalha no campo da cooperação para o desenvolvimento sabe que a cultura é um instrumento fundamental para aprofundar os diálogos.

Saber usar a Recomendação para responder a questões relevantes em cada lugar onde actuamos é um desafio às nossas capacidades para explorar as potencialidades de renovação que ele nos oferece.

Clara F. Camacho – No que respeita à incidência nacional de políticas, vejo o impacto desta Recomendação sobretudo a três níveis, tendo em conta que já possuímos a legislação enquadradora na área dos museus.

O primeiro é no plano das colecções, ou seja, a oportunidade de tratarmos o assunto das colecções visitáveis, que não teve desenvolvimento desde a sua contemplação na Lei-Quadro dos Museus Portugueses. E pode ser um impulso também para a cooperação com colegas de outros países, sobretudo de Espanha e Itália, onde têm vindo a aprofundar esta matéria.

O segundo aspecto tem a ver com o desenvolvimento de instrumentos de planeamento que contemplem as grandes áreas da Recomendação, como seja o planeamento estratégico e operacional.

Finalmente, a definição de museu que transparece nesta Recomendação e que corresponde à ideia de um museu do século XXI construído em termos participativos, com a colaboração dos públicos. A interiorização e a adopção do paradigma de museu participativo, em que as afinidades e os papéis dos públicos vão muito além da sua mera consideração como visitantes ou utilizadores, é talvez o aspecto que poderá ter maior repercussão. Isso significa uma mudança de paradigma e de mentalidades, que se traduzem sempre em mudanças mais lentas.

PERSPECTIVAS

O que Significa Hoje a Função Social dos Museus?



(I)

Aida Rechená, directora do Museu Nacional de Arte Contemporânea – Museu do Chiado, Lisboa

Foi com agrado que vimos a aprovação da *Recomendação Relativa à Protecção e Promoção dos Museus e das Colecções, da sua Diversidade e do seu Papel na Sociedade* (UNESCO, 2015). Ela entronca em décadas de reflexão museológica e de debate entre os profissionais de museus, remontando à Declaração de Santiago do Chile (1972), texto que a Recomendação refere explicitamente, e à Declaração de Caracas (1992). É seguramente uma vitória para todos os que têm trabalhado por uma Museologia social e em museus socialmente implicados.

Algumas afirmações da Recomendação são poderosas: a importância dos museus e colecções na protecção e promoção da diversidade cultural e natural; o papel atribuído aos museus na educação, na promoção da coesão social, no desenvolvimento sustentável e na economia do turismo e indústrias criativas. Mais importante ainda, o reconhecimento de uma relação necessária entre os museus e os direitos humanos. Sintetizam anseios antigos e reflectem uma determinação actual.

Mas qual a função social dos museus hoje? Diria que a mesma de sempre: serem museus relevantes para a sociedade do seu tempo. Isto implica que a função social para cada museu é distinta no tempo, espaço e comunidade, exige flexibilidade, integração e o estabelecimento de um diálogo com a sociedade.

Apesar da inexistência de uma definição universal, podem ser apontadas algumas propostas para a reflexão e para a prática museais, necessárias ao cumprimento da função social pelos museus contemporâneos.

Em primeiro lugar e independentemente da vocação disciplinar, é fundamental que os museus tenham presentes as grandes questões sociais atuais, como o desemprego, as migrações, o envelhecimento populacional, a crise da natalidade, as alterações climáticas e ambientais, etc. Trata-se de realidades que provocam grandes

desequilíbrios na sociedade e que assumem proporções a que, no mínimo, temos de chamar catastróficas e às quais os museus não podem ficar alheios.

Na sequência do anterior, impõe-se aos museus uma colaboração com instituições não museológicas como as universidades e os centros de investigação, as organizações ambientais, as organizações de prestação de cuidados de saúde, as associações de desenvolvimento, as organizações humanitárias e de direitos humanos. Esta colaboração não deve ficar restrita às acções de parceria relativas às colecções dos museus e ao serviço educativo, mas assumir uma atitude prospectiva.

Cabe, por isso, a cada museu perguntar às pessoas (visitantes e não visitantes), através da organização de fóruns, de inquéritos, de acções colaborativas e participativas, o que esperam do museu e, seguidamente, agir em conformidade, apresentando pontos de vista, mesmo que controversos, que contribuam para a formação de públicos activos e críticos.

Num outro nível de actuação, é imperioso alterar as técnicas de exposição e apresentação das colecções dos museus ao público. Por um lado, as tradicionais técnicas expositivas têm no geral grandes dificuldades em acompanhar as rápidas mudanças sociais; por outro lado, já é tempo de abandonar o paradigma da visita ao museu compreendido pelo circuito “exposições + loja + cafetaria” e de rever o modelo das exposições “grandes e caras = exposições de qualidade”.

Acrescentamos ainda a necessidade de tornar, de uma vez por todas, os museus acessíveis e inclusivos nas vertentes físicas, de conteúdo, mentais, de afectos, etc.

A sociedade não é estável, nem regular, nem previsível. Logo, os museus para desenvolverem a função social (de relevância) têm de ser eles próprios flexíveis e adaptáveis às situações do momento, utilizando as colecções patrimoniais para produzir reflexão, conhecimento, questionamento sobre a sociedade e o ser humano.

Em boa hora surge esta Recomendação. No entanto, há que agir para que as excelentes ideias nela expressas não fiquem apenas e mais uma vez no papel.



(II)

Inês Fialho Brandão, museóloga

A Recomendação Relativa à Protecção e Promoção dos Museus e das Colecções, da sua Diversidade e do seu Papel na Sociedade (UNESCO, 2015) assinala um ponto de viragem na sua concepção sobre as razões de ser e as funções principais dos museus. Em 35 artigos, os Estados Membros subscrevem uma mudança de paradigma no que diz respeito ao papel central das pessoas, das suas relações com os outros, com o património cultural e com as instituições museológicas. No séc. XXI, e não obstante o respeito profundo pela necessidade de preservar e conservar o património cultural, é o potencial dos museus enquanto agentes sociais que ganha maior relevância. As colecções transformam-se em instrumentos na prossecução de valores e de políticas, nomeadamente a educação (formal e informal), a inclusão, e a promoção dos direitos e das liberdades humanas.

Leio esta Recomendação como mais um elemento na defesa do conceito de que os museus, de promotores de uma qualquer identidade homónima, estabelecida e não-negociável têm a sua razão de existir e de interagir com os públicos no âmbito da defesa e da promoção de valores humanistas e universais transnacionais (a ler: *Para Narrar a História de Portugal: A Museum, a History and a Nation*, por Nandia Foteini Vlachou).

Daqui se conclui que os museus devem assumir um papel enquanto agentes políticos, intervindo no espaço público e nas questões contemporâneas que afectam a instituição e as várias comunidades por ela servidas. Veja-se o papel pioneiro do Museu de Liverpool e dos vários museus pelo mundo dedicados aos direitos humanos; e, em Portugal, as repetidas reflexões sobre este tema por Maria Vlachou no seu blogue *Musing On Culture*.

A Recomendação, subscrita por Portugal, não tem carácter vinculativo. Assim, que implicações específicas para o panorama museológico português pode ter este documento? A partir do momento em que a vasta maioria dos museus, quer tenham tutela privada ou estejam sob a tutela directa do Estado, são geridos parcial ou totalmente com fundos públicos, parece-nos que atar a política cultural do Estado aos valores promovidos por essa Recomendação, sem que estes sejam interrompidos pelo ciclo eleitoral, é um passo óbvio. No entanto, a experiência tem-nos mostrado que não

basta pôr por escrito - seja em legislação, códigos deontológicos ou em manuais de boas práticas - intenções e alterações de paradigma para que estas aconteçam.

O Estado pode vincular o acesso a financiamentos a estes princípios, desenvolvendo simultaneamente acções de sensibilização junto dos gestores de museus, e responsáveis de colecções, que por norma tendem a resistir a uma mudança em que pessoas e comunidades predominam sobre objectos. Veja-se, por exemplo, o modo como os temas da expansão portuguesa e da construção do império português têm sido explorados museologicamente, apresentando uma história parcial, excluindo à partida a representação da experiência de vários grupos e comunidades igualmente afectados por este evento histórico.

Nesta curta reflexão ficam por abordar outras questões que me interessam profundamente: a questão das TICs nos museus, o seu uso construtivo na promoção da inclusão e não da infoexclusão; a promoção de novos modelos de fruição dentro da senda do *slow museum*; e a aplicação dos valores de inclusão, de diversidade, e de diálogo intercultural na cultura interna do museu.

Se bem que receie que esta Recomendação seja mais uma para as *oubliettes*, não posso deixar de a incluir na minha própria reflexão, sobre o meu papel e o da equipa que coordeno, nas experiências que promovemos no Farol Museu de Santa Marta (Cascais). Sendo este um museu modesto, que atrai cerca de 40 000 visitantes por ano, temos reflectido sobre como incorporar a questão da inclusão e da diversidade em particular na nossa programação educativa. O edifício, desenhado por conceituados arquitectos, dificulta a acessibilidade física – nomeadamente motora e visual – dos visitantes; e causa sério desconforto físico junto da sua equipa. Assim, na programação educativa do museu, a equipa construiu uma visita dirigida às inúmeras faculdades de arquitectura que nos procuram, em que o tema se centra nas escolhas e nas consequências que os participantes, enquanto arquitectos, irão enfrentar no seu futuro. O *feedback* - de professores e alunos - é positivo, porque, utilizando a arquitectura em seu redor como exemplo, coloca o visitante na posição de decisor.

Outro programa em desenvolvimento com uma escola vocacional do concelho é a transformação dos estágios académicos de Verão não apenas na conclusão do curso de museografia, mas no culminar de uma experiência académica que inclui visitas ao espaço e a reflexão crítica sobre a apresentação e a representatividade das colecções.

Mesmo que esta Recomendação fique por ser implementada pelas tutelas, não deixa de ser inspiradora e de indicar uma direcção para as equipas que estiverem dispostas a colocar-se em causa, e a subscrever, elas também, esta alteração de paradigma.

NOTÍCIAS ICOM

Casas-Museus e a Interpretação da Paisagem Cultural, Social e Urbana

O DEMHIST na 24.ª Conferência Geral do ICOM

Maria de Jesus Monge, directora do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança

Milão é uma cidade com abundante oferta museológica, quanto a casas-museu, têm aqui um dos seus principais centros de reflexão. Foi a partir de Itália que esta tipologia ganhou estatuto de autonomia e Rosana Pavoni, secretária e presidente do DEMHIST (Comité Internacional para Museus em Casas Históricas) durante uma década, demonstrou mais uma vez as suas capacidades de organização e envolvimento com esta tipologia.



Visita à Casa Alik Cavaliere © Maria de Jesus Monge

A comunicação inicial de Orhan Pamuk, acentuando a importância dos indivíduos na construção e preservação da memória, incitou os museus a terem sempre presente o Homem comum, no seu quotidiano e nas teias que constrói em sociedade.

O tema deste ano, *Museus e Paisagens Culturais*, adaptou-se sem dificuldade à tipologia das casas-museu e as comunicações apresentadas foram variadas, abordaram perspectivas muito diversas e abriram possibilidades de diálogo.

Foram apresentadas vários experiências italianas, de que realço o trabalho de dinamização da Casa Campatelli, que procura criar uma leitura integrada do espaço urbano, numa paisagem de turismo de massas; o estudo das instituições museológicas criadas pelas comunidades de emigrantes italianos em vários estados do Brasil para recriar e manter vivas as suas tradições; a musealização da Casa de Karen Blixen, no Quênia, e o trabalho necessário para reconciliar a população local com esta memória.

Os temas abordados foram ainda a base para a troca de impressões e reflexões entre colegas durante as várias visitas a casas-museu na zona de Milão. Foi possível visitar espaços que remetem para o melhor da produção artística europeia e sobretudo italiana – Poldi Pezzoli, Bagatti Valsecchi ou Necchi Campiglio, mas também espaços de artistas contemporâneos – Alik Cavaliere e Francesco Messina –, ou de arquitectos – Vico Magistretti e Achille Castiglioni.

Em todos fomos transportados para a paisagem que invoca o patrono de cada espaço e as diversas proveniências e experiências dos participantes enriqueceram questões e reflexões.

No dia 7 de Julho foi organizada uma visita ao Lago de Garda, proporcionando duas visitas memoráveis a Il Vittoriale Degli Italiani Gardone Riviera, o sonho nacionalista do poeta Gabriele d'Annunzio, e à Casa del Podestà, que conserva a recriação histórica promovida pelo Senador Ugo Da Como no início do século XX.

A programação de cada comité internacional cruzou-se com o programa geral da conferência, dificultando o acompanhamento das muitas actividades, conferências e discussões que decorreram em simultâneo. A participação portuguesa foi significativa – no DEMHIST, Portugal esteve representado por três profissionais – e seria interessante, em futuras ocasiões, promover uma reunião entre todos os participantes nacionais, frequentemente oriundos de várias regiões do país.

A assembleia-geral do comité internacional realizou-se a 5 de Julho. Desta reunião saiu a decisão de constituição de um grupo de trabalho para a criação de um léxico multilingue específico para casas-museu, que reforce a utilização das diversas línguas, não apenas as três reconhecidas pelo ICOM. Todos os colegas são chamados a colaborar e a apresentar propostas.

As próximas eleições para a direcção do DEMHIST terão lugar em 2017, no encontro anual que se realizará em Outubro em Londres, já que as eleições trienais do comité não coincidem com a Conferência Geral do ICOM.

Notas sobre Museus, Cidades e Paisagens Culturais

O CAMOC na 24.ª Conferência Geral do ICOM

Joana Sousa Monteiro, directora do Museu de Lisboa

A Conferência Geral do ICOM de 2016 foi um acontecimento museológico relevante, tanto pelo seu programa principal, incluindo as sessões plenárias e as conferências de cada um dos comités internacionais, como pelos eventos paralelos, envolvendo cerca de 3500 profissionais de museus de todo o mundo.

Deve ser referida a interessante escolha de oradores principais das sessões plenárias, de perfis de certo modo inusitados, ou não imediatamente expectáveis, os quais apresentaram perspectivas muito diversas sobre os museus na contemporaneidade, incluindo o escritor Orhan Pamuk, o artista Christo e o economista da cultura David Throsby. Pluralidade de opiniões, mas em convergência sobre a importância dos museus no tempo presente, enquanto lugares de respeito pela diversidade e pela memória, de humanidade e de paz.



Sessões do CAMOC com outros comités em Milão © CAMOC

O aspecto para nós mais marcante da conferência do [CAMOC](#) (Comité Internacional para as Coleções e Actividades dos Museus de Cidade), foi o número e a qualidade das sessões conjuntas com outros comités ou organizações, introduzindo olhares diversos e perspectivas complementares sobre as temáticas propostas, todas elas relacionadas de algum modo com museus, cidades e também com o tema do ano, as paisagens culturais.

Foram três as sessões conjuntas que o CAMOC organizou junto com outros comités: com o ICOFOM, o Comité Internacional para a Museologia, e com o MINOM, o Movimento Internacional para uma Nova Museologia, organização afiliada do ICOM; com o ICAMT, o Comité Internacional para a Arquitectura e Técnicas Museográficas; e com o ICR, o Comité Internacional para os Museus Regionais.

Na primeira sessão conjunta, com sala cheia, destacou-se, em particular, a comunicação de Jette Sandal (Dinamarca, anterior directora do Museu de Cidade de Copenhaga), pela sua profundidade conceptual, denominada «*Home-Town & Other Ambiguous Constructs*». O “amor” pelo lugar, que todos reclamamos, incluindo pelas cidades, foi analisado de modo crítico. Poderemos nós fugir dos clichés tradicionais das referências histórica e desenvolver plataformas participativas que motivem o nascer de novos mapeamentos dos espaços urbanos? Apresentou uma original tipologia de topografias possíveis para mapear as cidades de hoje, e em que os museus em geral e

em particular os museus de cidade devem ter um papel activo e atento: topografia de nascimentos; de raça; de participação cívica; de sustentabilidade urbana; topografia do medo, da esperança e do ódio.

Na mesma sessão destacamos a apresentação de Bruno Soares (ICOFOM), denominada «Museus Devorando Paisagens e Culturas», em que foi criticamente analisada a Carta de Siena, no contexto da crescente “turistificação” do panorama museológico, enquanto valor político.

Uma abordagem muito diferente foi feita por Rainey Tisdale e Linda Norris sobre o conceito de paisagem cultural relacionando-o como potencial criativo que as cidades têm, propondo algumas metodologias interessantes de actuação.

Coube-nos uma intervenção na sessão final do mesmo primeiro dia sobre os resultados do projecto expositivo promovido pelo Museu de Lisboa, *A Luz de Lisboa*, e em particular uma análise às reacções que muitos visitantes quiseram testemunhar, revelando a importância que a exposição teve para uma mais aprofundada consciência da identidade (afectiva) de um lugar.

Da sessão conjunta com o ICAMT, destacamos a intervenção de Nicole Van Dick, do Museu de Roterdão, sobre uma inovadora metodologia (*Active Heritage*), ainda em desenvolvimento, que consiste em documentar, investigar e expor, mas sem incorporar, artefactos da cidade contemporânea, a partir de testemunhos e objectos de pessoas, oriundas de comunidades migrantes que fazem há muito parte da cidade e da sua cultura.

Várias outras intervenções do programa do CAMOC abordaram projectos envolvendo metodologias participativas de trabalho entre museus e grupos de comunidades residentes, e novas propostas de mapeamento, também cultural e social das cidades. Um dos exemplos do programa das sessões “ignite” foi o projeto *Scotland Urban Past*, apresentado por Rebecca Bailey (a qual foi co-comissária da exposição *Lisboa e Edimburgo – Uma História de Duas Cidades*, patente neste momento no Museu de Lisboa – Torreão Poente do Terreiro do Paço), e no qual grupos de residentes, nomeadamente jovens, participam enquanto “detectives urbanos” na documentação de áreas para eles muito relevantes, como parques de skates, projecto de resto com semelhanças com um dos apresentados pelo Museu de Helsínquia, na sessão que juntou o CAMOC com o ICR. Nessa mesma sessão, destacamos também a apresentação de Afsin Altayli sobre a importância do planeamento cultural nas cidades e o potencial dos museus na criação de ligações entre a sociedade, as instituições de planeamento, e o meio cultural, no muito complexo contexto político actual de Istambul.

O destino escolhido para a visita fora de Milão foi Bolonha, devido à relevância do seu museu de cidade, inaugurado há cerca de seis anos e com programa museológico da autoria de Massimo Negri. A visita a vários locais da cidade foi guiada pelo arquitecto Daniele Vincenzi, e incluiu a passagem pelo [Centro Urbano de Bolonha](#).

Notas de Balanço sobre o CIDOC em Milão

24.ª Conferência Geral do ICOM

Alexandre Matos, director de formação e investigação da Sistemas do Futuro

A participação nas conferências anuais do CIDOC (Comité Internacional para a Documentação), ou de qualquer outro comité internacional do ICOM, deveria ser encarada pelos profissionais do sector museológico como um momento imprescindível para o seu desenvolvimento profissional e, também, pessoal. Afirmo-o com toda a clareza na expectativa de poder influenciar a decisão de outros colegas portugueses quando confrontados com os custos inerentes e com o retorno que poderão ter no seu desenvolvimento profissional. Dito isto, queria partilhar a minha participação na conferência do CIDOC deste ano, inserida na mais vasta Conferência Geral do ICOM.



Gabriel Bevilacqua Moore apresentando o grupo de trabalho *Exhibition and Performance Documentation* © Juliana Rodrigues Alves

Uma primeira nota sobre o evento deste ano em Milão é precisamente sobre a inclusão da reunião anual do CIDOC na Conferência Geral do ICOM e sobre as vantagens e inconvenientes que esta situação acarreta. É certo que juntar os dois eventos permite, em princípio, a participação dos membros do CIDOC nas actividades da conferência geral e possibilita o contacto com membros de outros comités e a discussão de assuntos convergentes. No entanto, sendo o CIDOC um comité muito técnico, com vários grupos de trabalho que aproveitam estas oportunidades para trabalhar, tendo a sua conferência anual sessões paralelas e um programa bastante vasto, torna-se complicado efectivar a oportunidade da participação dos seus membros em actividades do ICOM e dos seus comités internacionais e procurar a participação de membros de outros comités nas actividades do CIDOC. Este é um assunto que foi discutido pela direcção do comité e pela sua assembleia-geral que é, na minha opinião, importante destacar e reflectir sobre.

Além dessa primeira questão, que julgo ter sido evidente para diversos membros do ICOM, a conferência anual do CIDOC decorreu com as habituais sessões plenárias, sessões paralelas, reuniões dos grupos de trabalho e reuniões da direcção do comité, tal como poderão consultar no [programa específico da conferência](#). No entanto, a direcção do CIDOC organizou, com o objectivo de promover a participação dos membros italianos do comité, um [evento em Turim, que decorreu no dia 7 de Julho](#), sob o mote «*Documentation is an Attitude, Cooperation Vital*». Este evento, no qual não pude participar por motivos pessoais, foi organizado conjuntamente com algumas instituições de Turim e pretendia ser um momento de reflexão mais informal e

participativo, envolvendo profissionais da região em *workshops* e visitas técnicas a algumas instituições.

O trabalho do CIDOC tem sido, ao longo de décadas, a criação de normas e manuais de boas práticas para auxiliar os museus e os seus profissionais na tarefa de documentação das colecções. O comité tem criado, desde há muito tempo, um conjunto de [grupos de trabalho](#) que procuram, em áreas específicas como a do património imaterial ou da arqueologia, ou em áreas mais técnicas como a da interoperabilidade da informação ou dos procedimentos de documentação, produzir um conjunto de ferramentas para posterior implementação em contexto prático tendo como principal objectivo melhorar a qualidade da informação produzida e aumentar a capacidade dos museus na promoção da criação de conhecimento.

Embora não seja possível participar nas reuniões de todos estes grupos de trabalho (as sessões decorrem em paralelo), estive particularmente atento à criação da [Encyclopaedia of Museum Practice](#), por parte do grupo de trabalho [Documentation Standards](#) que visa definir conceitos, descrever o seu âmbito, facilitar a discussão sobre os mesmos e estabelecer-se como uma referência estável de conceitos da prática museológica a nível internacional (será criado em diversas línguas). Este projecto, com o qual me comprometi, criará uma ferramenta que será essencial para diversas áreas relacionadas com a ciência da informação e possibilitará maior esclarecimento para discussões entre bibliotecas, arquivos e museus. Um trabalho essencial e que só peca por tardio.

Além deste grupo de trabalho, onde participo mais activamente, tive a oportunidade de assistir e participar nas discussões de outras sessões, de entre as quais chamo a atenção para a do [património imaterial](#) e da [preservação digital](#). Um e outro são temas recentes, ainda sem grandes definições, mas que regularmente são tratados de forma ligeira e carregada de certezas. A única certeza que temos no momento, é que não existem normas internacionais abrangentes para estas duas áreas e, conseqüentemente, os projectos desenvolvidos terão que ser constantemente avaliados. É urgente uma definição sobre esta matéria, mas é, com grande probabilidade, o maior desafio que temos em mãos.

Um outro trabalho muito interessante e que começa a ser muito necessário é o desenvolvido pelo grupo [Exhibition and Performance Documentation](#). Um tema que tem sido tratado por muitos museus actualmente e que afecta, de forma mais específica, os museus de arte contemporânea, mas que será muito útil para projectos como o que está a ser desenvolvido pela Fundação Calouste Gulbenkian no catálogo *raisonné* das exposições organizadas pela Fundação e seus museus.

Apesar de destacar apenas estes pontos, relembro que todos os grupos de trabalho do CIDOC desenvolvem um trabalho importante que tem sido aproveitado por museus em todo o mundo e permite o estabelecimento de parcerias relevantes com organizações internacionais nas áreas dos arquivos, bibliotecas e património cultural.

Fórum dos Ecomuseus e Museus Comunitários

24.ª Conferência Geral do ICOM

Pedro Pereira Leite, investigador de pós-doutoramento, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Os ecomuseus, os museus comunitários e a Museologia social estiveram em debate durante a 24.ª Conferência Geral do ICOM. O Fórum sobre Ecomuseus e a agenda dos ecomuseus italianos mereceram um intenso debate entre os profissionais de todo mundo e em diferentes momentos. Ficou demonstrada a relevância da ecomuseologia social e dele resultou a convicção sobre a necessidade de se construíram propostas de acção conjunta para os próximos anos.



Fórum sobre Ecomuseus e Museus Comunitários © Ecomusei

O Fórum foi dinamizado pelos colegas italianos, propondo para debate o [Documento Estratégico dos Ecomuseus Italianos](#) e contou com a participação activa de [Hugues de Varine](#), Donatella Murtas, Mário Moutinho, Amareswar Galla, Raul Lugo, Teresina Cruz entre outros. O primeiro encontro realizou-se a 4 de julho, uma iniciativa conjunta do ICOFOM (Comité Internacional para a Museologia), do CAMOC (Comité Internacional para as Coleções e Actividades dos Museus de Cidade) e do MINOM (Movimento Internacional para uma Nova Museologia), onde foram apresentadas as diferentes formas de intervenção dos ecomuseus, dos museus comunitários e outros processos de Museologia social. Posteriormente, entre 6 e 8 de Julho, em sessão especial, foram apresentadas as diferentes experiências no mundo e foram realizadas visitas aos ecomuseus italianos.

Não cabe neste texto apresentar a riqueza do debate realizado e a diversidade das experiências, mas não queremos deixar de apontar algumas notas para o futuro, tendo em particular atenção o que podemos fazer em conjunto, Portugal e países lusófonos.

Uma primeira nota a destacar é a potencialidade e a actualidade que este encontro mostrou sobre a intervenção dos processos ecomuseais e comunitários no nosso tempo. Uma potencialidade na mobilização e participação das comunidades a partir dos seus patrimónios e heranças; na relevância do património e da memória para a dinamização da economia local, não apenas na revitalização de regiões em recessão, mas também das cidades e espaços afectados por processos de globalização; e finalmente, da sua adequação como instrumento para o reconhecimento e conservação das “paisagens culturais”, na base na consciencialização ambiental e na procura de práticas de transição.

Trata-se de um conjunto de questões que dão resposta à última Recomendação da UNESCO Relativa à Protecção e Promoção dos Museus e das Colecções, da sua Diversidade e do seu Papel na Sociedade (2015), e que abrem espaço de diálogo muito intenso na área da economia solidária e turismo social.

Uma segunda nota é sobre a evidência de que estas experiências, a sua riqueza e diversidade, necessitam de ser partilhadas através de redes de conhecimento, bem como da utilidade de discutir a suas práticas e instrumentos de forma mais alargada, nomeadamente através de encontros entre os activistas e praticantes da Museologia social e comunitária. Para isso é necessário criar uma agenda e dar consistência às formas e instrumentos de trabalho e criar relações entre diferentes processos.

A proposta de criação duma Rede de Ecomuseus em Itália poderá dar consistência à fragilidade, por todos reconhecida, que os ecomuseus são localmente instrumentos muito dinâmicos, mas com fraca capacidade de afirmação global. Os ecomuseus mostram dificuldades em comunicarem as suas experiências e processos em escalas mais largas. A criação da rede, seja na base da região, seja transnacional poderá agregar toda a diversidade de processos que estão a surgir, na América do Sul, na Ásia, ao mesmo tempo que poderá contribuir para criar uma base de comunicação entre profissionais e promover espaços de encontro e formação.

A terceira nota que o encontro sobre ecomuseus nos deixou é do seu potencial de irradiação e contágio em processos de desenvolvimento das comunidades, das suas formações sociais, das suas bases económicas e da integração dos recursos territoriais e ambientais. O trabalho nos ecomuseus e museus comunitários implica uma elevada interdisciplinaridade nos processos, revelando-se o ecomuseu como um laboratório de futuros e como um potencial espaço para criação de inovação social.

Uma quarta nota é relativa às paisagens culturais, tema geral da 24.^a Conferência Geral do ICOM. Os museus procuram constituir-se como espaços de interpretação da paisagem. Nesse sentido, os ecomuseus já são hoje, por definição, lugares e processos de musealização das paisagens. Mais, o desafio dos ecomuseus é o de serem também actores na formação dessa paisagem. Os ecomuseus permitem a intervenção na preservação ambiental, ultrapassando a falsa oposição entre natureza e cultura.

Uma quinta nota deste encontro é de que hoje é necessária uma colaboração entre os Ecomuseus e outras organizações que actuam no território.

Uma última nota é sobre de que forma este potencial pode vir a ser desenvolvido em Portugal. O desafio de pensar a constituição de uma rede de ecomuseus portugueses está na agenda, e a celebração, em 2017 dos 35 anos do Ecomuseu Municipal do Seixal, pode ser o momento para essa discussão. Apelamos à colaboração de todos para concretizar esta ideia em Portugal e, se o conseguirmos, nos países Lusófonos¹.

¹ Para integrar esta ideia envie-nos um email: pedropereiraleite@hotmail.com

As Actividades do CECA para além dos Muros dos Museus

O CECA na 24.ª Conferência Geral do ICOM

Mário Nuno Antas, membro da direcção do ICOM CECA

O ICOM CECA (Comité Internacional para a Educação e Acção Cultural) realizou a sua conferência anual entre os dias 2 e 9 de Julho, em Milão. Para além do tema principal, Museus e Paisagens Culturais, O CECA adoptou como subtítulo: *CECA Activities Beyond the Museum Walls*. Com este tema o comité quis dar destaque às actividades educativas que os museus realizam para além do seu espaço físico (cf. [programa](#)).



Workshop pré-conferência © ICOM CECA

Tal como tem vindo a ser hábito nos encontros anuais do CECA, o primeiro dia foi dedicado a *workshops* pré-conferência. Este ano foram realizadas duas actividades, uma em língua inglesa e outra em castelhano, tendo em linha de conta o enorme crescimento de membros que este comité tem tido na América Latina. O *workshop* «*El Paisaje Cultural como Estrategia Didáctica para el Reconocimiento 'del otro'*» por Jorge Albuja (CECA Equador) girou em torno da questão das paisagens culturais e dos aspectos educativos que proporcionam múltiplas visões sobre os objectos nos museus. Já o *workshop* apresentado por Frederike van Ouwerkerk (NHTV Breda University of Applied Sciences, Holanda) focou-se em «*Story-lines Connecting Memory-scapes and Museums; From Best Practice to Next Practice*», apresentando num olhar crítico sobre as formas de construção de narrativas museológicas e a reconstrução da própria história partindo dos objectos. Realizou-se ainda uma sessão (*focus group*) sobre o projecto europeu EMME - *EuroVision Museums Exhibiting Europe*. Este projecto foi apresentado como uma boa prática de diálogo interdisciplinar na construção de pontos de contacto através do património, numa Europa em crise identitária.

A conferência propriamente dita realizou-se entre 4 e 7 de Julho. Tal como é apanágio do CECA as sessões foram divididas em temáticas havendo sempre um conferencista convidado. Desta vez, a tarefa coube a Nicolas Gilsoul, arquitecto e professor na Academy of Arts (Bruxelas), que apresentou a comunicação: “*Hereafter. About Time, Metamorphosis & Creativity, Natural Dynamics & Ways of Looking*”. Pese embora o interesse da apresentação ficou a impressão que faltou explicar a perspectiva do investigador sobre a educação e a acção cultural dos museus.

Salienta-se na conferência deste ano uma forte participação dos países do Médio Oriente demonstrada pelo número de comunicações sobre a valorização do património através da educação. De salientar ainda as variadas intervenções dos colegas da América Latina através de projectos com uma forte componente de ligação às

comunidades locais. Também os países africanos se fizeram representar, tendo partilhado boas práticas. Os representantes da América do Norte apresentaram estudos sobre os diferentes níveis de interacção dos visitantes em exposições. Os colegas europeus centraram as suas intervenções em questões ligadas às migrações e ao papel que o património pode desempenhar como factor de aproximação dos povos.

O ICOM CECA é um dos maiores e mais antigos comités internacionais do ICOM e conta com mais de 1 000 membros provenientes de cerca de 85 países. Nesta conferência ficou demonstrado que os museus não estão e nunca estarão limitados ao seu espaço físico, pois a criatividade dos profissionais e dos visitantes não conhece barreiras arquitectónicas ou ideológicas.

Memória Acesa

XVII Conferência Internacional do MINOM

Pedro Pereira Leite, investigador de pós-doutoramento, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Realizou-se, entre 3 e 7 de Agosto, a XVII Conferência do MINOM (Movimento Internacional para uma Nova Museologia). Teve lugar na comunidade ribeirinha de Nazaré (Porto Velho, Rondônia - Amazônia, Brasil). Nazaré terá o primeiro museu ribeirinho do Estado de Rondônia com base nos princípios da Nova Museologia.



MINOM © Pedro P. Leite

Há sítios no mundo que são mágicos. Lugares que têm aura. A comunidade da Nazaré, nas margens do rio Madeira, um afluente do rio Amazonas, na fronteira do Brasil com a Bolívia é um destes lugares. Aí estivemos, no mês de Agosto, a participar na XVII Conferência do MINOM, um evento construído em parceria com a Universidade Federal da Rondônia, que aí desenvolve um projecto de extensão com o Instituto Minhas Raízes, criado por habitantes das comunidades ribeirinhas que fazem da intervenção cultural um modo de afirmar a sua identidade e preservar as suas memórias. A possibilidade de criar um museu na comunidade serviu de pretexto para o encontro (cf. [programa](#)).

A Amazônia é hoje uma das nossas fronteiras. Um pouco do futuro da humanidade passa pela manutenção da sua diversidade e dos seus sistemas de vida. A comunidade da Nazaré, constituída por índios e seringueiros, que há mais de 100 anos se fixaram nas margens do rio Madeira, sabem que estão integrados num sistema complexo. As práticas neo-extrativistas, que marcam as economias ditas emergentes, rapinam de

forma intensivas as matérias-primas que alavancam o seu “desenvolvimento”. Como em tudo, há outros lados das histórias. Há quem ganhe e há quem perca.

O lado da perda é um sentimento vivo na Nazaré, são cheias violentas e nunca vistas, reduções abruptas de caudais de água, diminuição acentuadas dos peixes no rio. A comunidade sabe que depende do rio. Se o rio muda a comunidade muda. Eles não querem mudar. Eles querem ficar do lado certo da história e por isso lutam contra a remoção das comunidades das margens dos rios e contra a pressão para o abandono dos seus modos de vida ancestrais, em comunhão com a natureza. Cantam e defendem a sua vida ligada aos seus espaços no âmbito da procura dum “bem-viver”. A memória acesa é hoje um dos seus principais recursos nessa luta.

O manifesto “[Missiva da Nazaré](#)”, construído pelos participantes da conferência do MINOM procurou identificar as questões relevantes nas práticas da Nova Museologia e assumiu o seu compromisso de procurar novas respostas adequadas à construção de uma outra relação com a natureza, com os outros e com a diversidade.

Eu jamais partirei da Nazaré, porque lá vi o que é esta nossa força, junta, que nos faz mover o mundo. É esta a nossa memória acesa que nos dá essa força que nos junta. O que posso eu fazer se não agradecer ter podido viver para contar esta experiência vivida em conjunto com gente boa, empenhada no futuro. E talvez, dar aqui, nesta terras do Atlântico, bordejadas pelo mediterrâneo, um sabor deste Museologia nova.

MUSEUS & PESSOAS: Sara Barriga Brighenti

Por Ana Carvalho

Os públicos estão em primeiro lugar, diz-nos Sara Barriga Brighenti, coordenadora do recém-inaugurado Museu do Dinheiro (Lisboa). Esta afirmação pode parecer óbvia, mas nem sempre a conseguimos ver concretizada na maioria dos museus. Em visita guiada ao Museu do Dinheiro, Brighenti falou-nos dos desafios de programar um museu tendo em mente a perspectiva do visitante.

O novo Museu do Dinheiro foi inaugurado no passado dia 20 de Abril. Localiza-se num dos mais importantes quarteirões da baixa pombalina, junto à praça do município em Lisboa. A grande imponência e monumentalidade do quarteirão é inequívoca, encabeçada pela antiga Igreja de S. Julião, que marca a entrada para o museu. Também não é por acaso que neste faustoso bloco de edifícios esteja sediado o Banco de Portugal, entidade que tutela o museu e que fez nascer este grande projecto museológico.

Quando em 2013 visitei a Igreja de S. Julião para assistir a uma apresentação do futuro projecto do Museu do Dinheiro estávamos em plena crise económica: fábricas e empresas a fechar em catadupa. Sentia-me dividida. Como cidadã pensava nas assimetrias do país e nas dificuldades das famílias. O confronto com a ideia de um projecto como o Museu do Dinheiro parecia-me no mínimo provocadora. Por outro lado, enquanto profissional, ver concretizado o projecto de recuperação da Igreja de S. Julião, e pela exemplaridade do processo, fez-me sentir orgulhosa do nosso património, da nossa história que ali sobressaía e ganhava uma nova vida.

Ultrapassados eventuais preconceitos iniciais, a visita ao Museu do Dinheiro é uma verdadeira caixa de surpresas e de descoberta. Vislumbramos o museu tal como é percebido por Sara Barriga Brighenti, coordenadora do museu: um espaço onde as pessoas se sentem seguras e se sentem bem, um espaço de curiosidade e descoberta, um museu vivo, dinâmico e feliz.



Afinal, o que é o dinheiro?

É esta a pergunta que o museu procura responder ao longo da sua exposição permanente. A história do dinheiro e da banca é apresentada através de uma viagem no tempo e no espaço, e onde as novas tecnologias proporcionam ferramentas e espaços de interactividade aos visitantes.

Muito mais do que dinheiro

Desengane-se quem pensa que no Museu do Dinheiro apenas vai encontrar colecções de numismática. É isso, mas também um leque mais lato de objectos que são introduzidos para nos ajudar a compreender o universo temático do dinheiro.

Por outro lado, o Museu do Dinheiro inclui ainda outras valências decorrentes das características do edifício onde está instalado e da sua localização no coração da cidade. A nave da antiga Igreja de S. Julião é por si só motivo de visita do ponto de vista arquitectónico, assim como o troço da muralha de D. Dinis (séc. XIII), cujos vestígios foram encontrados durante as obras de requalificação do edifício e deram origem a um núcleo de interpretação, aberto ao público desde 2014. A Arqueologia prevalece, assim, como um dos eixos de trabalho do museu e da programação que é desenvolvida. Só em termos de cerâmica foram encontrados cerca de 230 000 fragmentos durante as escavações arqueológicas, explica a coordenadora do museu.

Uma outra vertente do que podemos encontrar no museu tem a ver com o mundo da arte. O museu contempla programação nesta área, encomendando obras a artistas contemporâneos portugueses (de diferentes gerações) e que são pensadas especificamente para este museu. «Pretende-se um olhar crítico dos artistas sobre o que está no museu», sublinha Sara Barriga Brighenti.

Do serviço educativo para a coordenação de um museu

Geralmente vemos à frente dos museus especialistas de reconhecido mérito em determinada área disciplinar dos museus que gerem. Se o museu é de história temos

Museu do Dinheiro

- Tutela: Banco de Portugal
- Museu de empresa
- Design/museografia: *Atelier Francisco Providência*
- Projecto de arquitectura: Gonçalo Byrne e João Pedro Falcão
- Instalação do museu: equipa pluridisciplinar, fornecedores e recursos nacionais
- Área: 2000 metros quadrados de exposição
- 1 200 objectos em exposição
- Colecção total: 54 000 objectos
- Equipa-base do museu: 8 pessoas. Alguns serviços em sistema de *outsourcing* (frente de casa, conservação, etc.)
- Entrada gratuita
- Aberto de quarta-feira a sábado, das 10h às 18h

um historiador, se o museu é etnográfico temos um antropólogo, se o museu é de arqueologia, temos um arqueólogo... Este é o padrão dominante nos museus portugueses, salvo raras excepções. O caso do Museu do Dinheiro é uma dessas excepções. A escolha de um profissional para programar o Museu do Dinheiro que tivesse experiência na relação com os públicos não foi inusitada, mas assumidamente estratégica, tendo como objectivo a abertura do museu à sociedade. «Não fui eu que escolhi o museu, foi o museu que me escolheu», sublinha Sara Barriga Brighenti, referindo-se ao modo como o processo de selecção decorreu. Brighenti foi recrutada por uma empresa de *head-hunting*, um processo habitual no mundo empresarial, mas atípico no mundo dos museus, geralmente sujeitos às regras da contratação pública. «Quando fiz a primeira entrevista apenas sabia que era um museu relacionado com a banca». Estávamos em 2011. Brighenti foi depois contratada com o objectivo inicial de apoiar a instalação do museu ao nível da gestão do projecto. Ao fim de dois anos passou a coordenar o museu. O museu já tinha especialistas em numismática e nas áreas de estudo das colecções. «Percebi que o meu contributo podia ser ao nível das questões que têm mais a ver com a função social e educativa do museu. «Também me fui apaixonando pela colecção, em particular na relação com a História da Arte», confessa.

Sara Barriga Brighenti licenciou-se na área das Artes Plásticas - Escultura, é mestre em Artes Visuais e pós-graduada em Museologia. Foi professora no ensino secundário e universitário, e tem uma larga experiência na formação e consultadoria na área da educação em museus. Também desenvolveu trabalho ao nível da programação em teatro. Entre as suas experiências anteriores destaca-se o trabalho desenvolvido na Casa das Histórias – Paula Rego (Cascais), onde coordenou o serviço educativo. Como explica, «vir da área dos públicos, da comunicação e da programação foi positivo porque contribuiu para que tivesse uma visão mais holística do museu».

Os públicos no coração do museu

A ideia de que os públicos estão em primeiro lugar é um lugar comum no mundo dos museus, muito embora não raras vezes esvaziado de sentido. No caso do Museu do Dinheiro, em que se traduz efectivamente a ideia de ter os públicos em primeiro lugar? A resposta ocorre em diferentes níveis da concepção de um museu e da sua programação. Exige um investimento continuado e uma visão integradora no contexto de uma Museologia que se pretende contemporânea. Foi isso que transpareceu na visão de Sara Barriga Brighenti sobre o Museu do Dinheiro, a começar com a instalação do museu propriamente dito. «É olhar para todo o espaço e pensar - aqui as pessoas vão sentir-se bem? Este é um espaço ideal para transmitir estes conteúdos? Este tipo de linguagem é acessível? Há espaço para descansar? Está à altura de todos os visitantes? O som é uma ferramenta útil ou vai criar distracção? São perguntas que durante a instalação do museu foi importante que as colocássemos porque senão faríamos um museu para nós e não para a diversidade de públicos». E acrescenta: «O meu papel foi

fazer de advogado dos públicos». Por outro lado, esta visão incide também sobre a relação com os objectos e a forma como são usados na narrativa. «Quem está numa linha da Museologia mais contemporânea olha sempre para o objecto como uma forma para passar conhecimento. Porque é que aquele objecto vai ser relevante na vida de alguém? Tendo isso em mente fez com que nos preocupássemos não só na maneira como apresentamos o objecto, mas também pensar que esse objecto é importante porque é um repositório de conhecimento e não apenas pelas suas características formais. O objecto é relevante porque evoca algo que é importante. O que o visitante leva é sobretudo uma história para contar, o visitante não leva o objecto com ele. E isso é para mim essencial na forma como vejo o museu», sublinha Sara Brighenti.

A relação dos públicos passa também por incluir as suas vozes dentro do museu. No Museu do Dinheiro também «há espaço para outras manifestações» para além da voz do artista, do historiador, do investigador ou do objecto, como realçou referindo-se à exposição temporária *Desenhar o Futuro* que esteve patente na nave da antiga igreja de S. Julião apresentando a visão de um grupo de jovens sobre o futuro.

O trabalho de escuta relativamente aos visitantes é outro aspecto essencial para a coordenadora do museu, ao reconhecer que «há sempre margem para melhorar». Esse foi o caso da nova sinalética que estava a ser aplicada no momento da nossa visita, com vista a complementar a já existente, uma vez que se verificou que não garantia que os visitantes não se perdessem no edifício.

A opção por entradas pagas nos museus está geralmente muito associada à possibilidade de gerar receitas, consideradas recursos essenciais para a sustentabilidade dos mesmos. No caso do Museu do Dinheiro, a opção por entradas gratuitas é uma questão estratégia para a captação de públicos. As razões são várias, como nos explica Brighenti. Uma delas é a barreira psicológica, trata-se de um museu com uma forte presença de segurança que pode ser intimidativa. Por outro lado, pela barreira económica. Sendo um museu que dificilmente se conhece numa só visita, a entrada livre permite explorar o museu e a sua programação em diversas ocasiões e a diferentes ritmos.

Uma função social para o museu

O Museu do Dinheiro assume ainda uma função social no contexto da cidadania activa, mais concretamente ao nível da literacia financeira. Os desafios para os próximos anos passam por criar mais áreas expositivas que explorem esta dimensão. Neste sentido, este é um museu inacabado, como nos adianta. Por outro lado, estas questões serão fundamentais nos próximos anos, em que se antevê um maior aprofundamento deste trabalho fora do museu junto de diferentes comunidades (escolas, associações, etc.).

PUBLICAÇÕES

Sugestões de leitura

A função social dos museus

Bienkowsky, Piotr. 2014. *Communities and Museums as Active Partners: Emerging Learning from the “Our Museum” Initiative*. [London]: Paul Hamlyn Foundation.

Cadernos do CEOM. 2014. *Museologia Social*. vol. 27, n.º 41.

<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/168/showToc>

Cameron, Fiona, e Lynda Kelly, eds. 2010. *Hot Topics, Public Culture, Museums*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing.

DSP-GROEP. 2011. *More Than Worth It: The Social Significance of Museums*. Amsterdam: Netherlands Museums Association.

Dümcke, Cornelia, and Mikhail Gnedovsky. 2013. *The Social and Economic Value of Cultural Heritage: Literature Review*. [s.l.]: European Expert Network of Culture (EENC).

Fleming, David. 2013. “Blogger Convidado: ‘O Museu Político’”. Blogue *Musing On Culture*, 14 de Janeiro. <http://musingtonculture-pt.blogspot.pt/2013/01/blogger-convidado-o-museu-politico-por.html>

Golding, Viv, e Wayne Modest, eds. 2013. *Museums and Communities: Curators, Collections and Collaboration*. London: Bloomsbury.

Gutsche, Anne-Sophie, et al., eds. 2015. *Museums’ 4 Values – Values 4 Museums*. [s.l.]: NEMO – Network of European Museum Organisations.

Inspiring Action: Museums and Social Change. A Collection of Essays. 2016. 2.ª ed. Edinburgh: MuseumsEtc.

Lynch, Bernadette. 2011. *Whose Cake is it Anyway? A Collaborative Investigation into Engagement and Participation in 12 Museums and Galleries in the UK*. [London]: Paul Hamlyn Foundation.

Lynch, Bernadette. 2015. “Our Museum”: *A Five-Year Perspective from a Critical Friend*. [London]: Paul Hamlyn Foundation.

Message, Kylie. 2014. *Museums and Social Activism: Engaged Protest*. London: Routledge.

Museums Association. 2013. *Museums Change Lives: The Ma’s Vision for the Impact of Museums*. [s.l.]: Museums Association.

Peressut, Luca Basso, Francesca Lanz, e Gennaro Postiglione, eds. 2013. *European Museums in the 21st Century: Setting the Framework*. Vol. 1. Milan: MELA e Politecnico di Milano.

Sandell, Richard, e Eithne Nightingale. 2012. *Museums, Equality and Social Justice*. Oxon: Routledge.

Silverman, Lois H. 2010. *The Social Work of Museums*. London: Routledge.

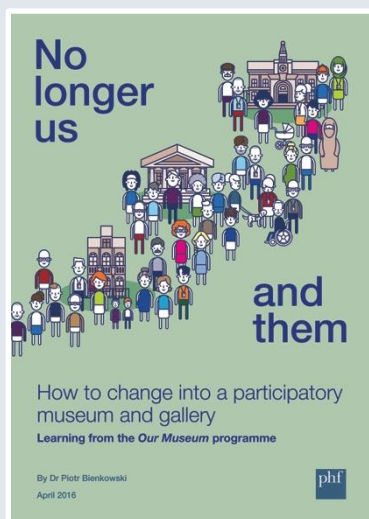
Novas edições 2016



Ana Carvalho, org. *Participação: Partilhando a Responsabilidade*. Edição da Acesso Cultura. Disponível [online](#).

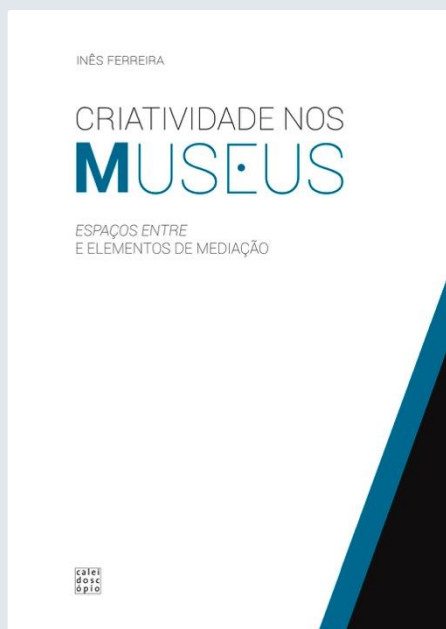
A publicação reúne alguns dos textos das comunicações apresentadas na conferência anual da Acesso Cultura (*Meu, Teu, Nosso: Modelos de Projectos Participativos*, Museu do Oriente, 12 de Outubro de 2015), mas também textos de outros profissionais do sector cultural que lidam com estas questões.

Se é cada vez mais frequente o aparecimento de projectos culturais ditos participativos, tem sido menos frequente a discussão sobre os modelos de participação em si: que níveis de envolvimento? Que expectativas? Que impacto? Como são avaliados? Existirão em Portugal projectos intrinsecamente participativos na área cultural no sentido de uma efectiva partilha de poder e de decisão, ou apenas com elementos participativos? Em que ponto nos encontramos? Esta publicação lança algumas pistas de reflexão sobre esta temática, perspectivando um quadro comum de problemas e de desafios que atravessa diferentes instituições e espaços culturais, mas acima de tudo antevê caminhos de actuação partilhados.



Bienkowski, Piotr. *No Longer Us and Them, How to Change into a Participatory Museum and Gallery*. Edição da Paul Hamlyn Foundation. 47 páginas. Disponível [online](#).

São apresentados os resultados do projecto britânico *Our Museum: Communities and Museums as Active Partners* (2012–2015). Oito museus de diferentes tipologias e geografias iniciaram um processo de mudança organizacional para que as práticas participativas se tornassem parte integrante do seu dia-a-dia. Sustentabilidade e envolvimento das comunidades foram questões centrais para o desenvolvimento do projecto.



Inês Ferreira. 2016. *Criatividade nos Museus: Espaços “Entre” e Elementos de Mediação*. Edição Direção-Geral do Património Cultural e Caleidoscópico. Colecção “Estudos de Museus”, n.º 3.

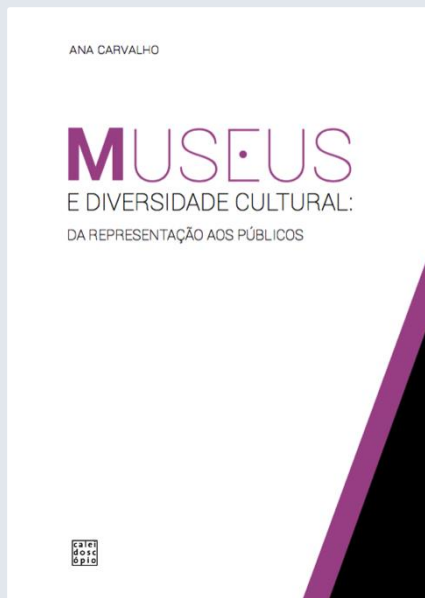
Este livro reflecte sobre a importância da criatividade no contexto dos museus e analisa em detalhe a forma como está presente e pode ser potenciada no contexto específico do encontro entre o visitante e os objectos expostos. Apresenta uma contextualização teórica que abre caminho a práticas museológicas mais criativas e potenciadoras de criatividade. O livro resulta da tese de doutoramento da autora.



Nina Simon. 2016. *The Art of Relevance*. Edição *Museum 2.0*. Parcialmente disponível [online](#).

É o novo livro da americana Nina Simon, que é também a autora do muito citado *The Participatory Museum* (2010). Simon é desde 2011 directora do Santa Cruz Museum of Art & History (MAH) na Califórnia (Estados Unidos). Este livro é uma espécie de caderno de notas que dá conta das experiências que têm sido implementadas neste museu (e não só) no sentido de tornar o museu relevante para mais pessoas. O mesmo museu que em 2011 quase fechou as suas portas por ser irrelevante para a população que servia. Através de uma escrita clara e cativante, Simon defende que a

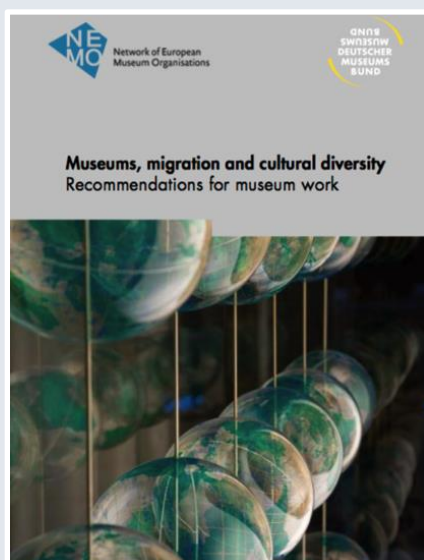
relevância é a chave para criar ligações profundas com aqueles que não se identificam num primeiro momento com o trabalho que os museus desenvolvem. “I believe relevance is the key to a locked room where meaning lives. We just have to find the right keys, the right doors, and the humility and courage to open them”, sublinha a autora.



Ana Carvalho. 2016. *Museus e Diversidade Cultural: Da Representação aos Públicos*. Edição da Direção-Geral do Património Cultural e Caleidoscópio. Coleção “Estudos de Museus”. N.º 4.

Este livro explora as relações que os museus estabelecem com comunidades e grupos associados à imigração, a partir de três estudos de caso: o Museum of World Culture (Suécia), o World Museum Liverpool (Reino Unido) e o Museu Nacional de Etnologia (Portugal). A autora analisa as estratégias desenvolvidas com as comunidades e grupos numa dupla perspectiva, por um lado, enquanto participantes na construção de

narrativas contemporâneas sobre património cultural (material e imaterial) e identidade e, por outro lado, enquanto públicos locais no contexto de estratégias de captação de públicos diversos. Uma abordagem histórica dos percursos e contextos institucionais de cada um dos museus revelou as suas especificidades e diferenças, enquanto o balanço comparativo perspectivou problemas e motivações partilhados.



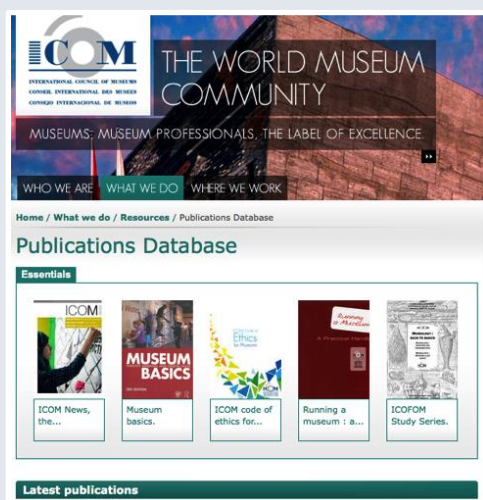
NEMO (Network of European Museum Organisations), *Museums, Migration and Cultural Diversity: Recommendations for Museum Work*. [Edição original de Deutscher Museumsbund e.V., Berlin, 2015] 2016. 25 páginas. Disponível [online](#).

Esta publicação mostra o potencial do trabalho que pode ser desenvolvido pelos museus em torno da promoção da diversidade cultural. É um guia prático que apresenta variados exemplos de actividades desenvolvidas com diferentes comunidades, migrantes, refugiados e minorias por diferentes tipos de museus.



Pontos de Memória: Metodologia e Práticas em Museologia Social. 2016. Edição Instituto Brasileiro de Museus. 98 páginas. Versão [online](#).

Publicação que incide sobre o programa brasileiro “Pontos da Memória”, programa que foi promovido no âmbito da Política Nacional de Museus. Faz o ponto da situação de 12 desses pontos da memória, analisando as suas trajetórias e as metodologias implementadas. Inclui ainda uma avaliação do trabalho desenvolvido.



Encontra uma lista actualizada de novas publicações na [base de dados](#) do ICOM central (incluindo *newsletters* dos vários comités nacionais e internacionais, e monografias), na [Routledge](#) (editora internacional de livros académicos, revistas e recursos em linha no âmbito das ciências sociais), na [MuseumsEtc](#) (editora independente com base em Edimburgo e Boston), na [Museum-iD](#) (editora independente com sede no Reino Unido). Conheça a série [On Museums](#) editada por The Inclusive Museum (Estados Unidos), entre outras.

AGENDA

Conferências, encontros, debates (nacional)

Conferência do Grupo de Trabalho de Sistemas de Informação em Museus da BAD | 30 de Setembro

Org. Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD) | Instituto Superior de Engenharia do Porto

O Grupo de Trabalho tem como primeiro propósito facultar a todos os profissionais dos museus: informação, formação, materiais de trabalho, entre os quais metodologias, procedimentos, e bibliografia nacional e internacional, bem como realizar um diagnóstico à gestão da informação nos museus. Mais informações em: <http://www.bad.pt>

Conferência Anual: O Quê? E Então? Relevância dos Conteúdos e Acessibilidade da Linguagem | 17 de Outubro

Org. Acesso Cultura | Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

Comunicar, um acto social, diário e imemorial, aparentemente banal, mas que levanta ainda grandes barreiras e apresenta grandes desafios às instituições culturais que pretendem estabelecer um diálogo com o público. A Acesso Cultura propõe uma reflexão não só sobre a acessibilidade da linguagem, mas também sobre a relevância dos conteúdos e sobre o conceito da “relevância” em si. Mais informações em: <https://acessocultura.org/conferencia-anual-2016/>

Jornadas de Outono do ICOM Portugal: Museus, Comunidade e Turismo, Um Triângulo Virtuoso | 29 de Outubro

Org. ICOM Portugal e Museu Nacional Grão Vasco | Museu Nacional Grão Vasco, Viseu

Pretendemos com este tema abordar as relações, entre benefícios e desvantagens, estabelecidas entre os museus e as comunidades onde estão inseridos, tendo em conta as novas realidades ligadas aos fluxos turísticos. Sendo certo que cada caso é um caso, será possível estabelecer alguns pontos comuns que ajudem à melhor percepção do papel e dos contributos que os museus podem dar à causa das economias locais, regionais e nacionais. Mais informações: info@icom-portugal.org

Congresso Ibero-Americano Patrima 2016: Património, suas Matérias e Imatérias | 2–3 de Novembro

Org. Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) et al. | LNEC, Lisboa

O congresso procura criar o ambiente para a realização de diálogos cruzados entre investigadores, técnicos e especialistas, oriundos de diferentes áreas disciplinares, que estejam interessados em reflectir e discutir o património cultural nas suas componentes materiais e imateriais, incluindo as problemáticas socioculturais que lhe estão associadas. Mais informações em: <http://patrima.lnec.pt>

Património Cultural: Prevenção, Resposta e Recuperação de Desastres | 3–4 de Novembro

Org. ICCROM et al. | Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

Conferência internacional onde serão abordados temas como a análise e gestão de riscos, o efeito da catástrofe a médio e longo prazo nas instituições, olhando para casos paradigmáticos que fazem parte da história da conservação, e analisados métodos e técnicas ao nosso alcance para prevenir e recuperar património. Pretende, também, alargar e reforçar bases de cooperação internacional. Mais informações em:

<https://gulbenkian.pt/museu/evento/conferencia-internacional-patrimonio-cultural/>

III Encontro de Museus Rurais do Sul | 4 de Novembro

Org. Rede de Museus Rurais do Sul | Museu Municipal de Coruche

A fórmula de trabalho do Município de Coruche em torno da Museologia, será o tema de base desta iniciativa, que terá outras intervenções que darão continuidade ao trabalho de investigação e discussão que vem dos colóquios anteriores. Envolvendo sete museus na sua fase de criação, sedeados no Litoral Alentejano e no Baixo Alentejo, esta rede (desde 2015) pretende alargar o espaço de discussão, partilha de ideias e de projectos. Mais informações:

museururalidade@gmail.com

II Encontro Nacional de Museus do Vinho | 10–11 de Novembro

Org. Associação de Municípios Portugueses do Vinho et al. | Museu do Douro | Peso da Régua

O encontro destina-se à apresentação de trabalhos de investigação no âmbito dos seguintes painéis: «Património(s) & Território(s) do Vinho»; «Museus e Espaços do Vinho: Casos Paradigmáticos»; «Herança Vinhateira, Entre a Velha e a Nova Ruralidade»; e «Desenvolvimento e Sustentabilidade: Da Patrimonialização ao Enoturismo». Mais informações em: <http://www.museudodouro.pt/eventos>

Educação Patrimonial e Comunidades: (Trans)Formações e (Re)Criações | 17–19 de Novembro

Org. Museu Nacional Grão Vasco | Viseu

Congresso Internacional sobre património, museus e educação com *workshops* e apresentação de trabalhos. É coordenado por Ana Maria Barbero Franco. Mais informações através do email: mngv@mngv.dgpc.pt

Encontro nos 50 anos de L'Amour de L'Art 50 Anos: Dívidas, Críticas e Desafios | 24 de Novembro

Org. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia - Instituto Universitário de Lisboa et al. | Instituto Universitário de Lisboa

Os 50 anos que se completam em 2016 sobre a primeira edição da obra *L'Amour de l'Art: Les Musées et leur Public*, de Pierre Bourdieu e Alain Darbel, dão o mote para a organização deste encontro, que pretende reflectir sobre os desenvolvimentos actuais nas áreas dos públicos e da evolução dos museus, numa perspectiva interdisciplinar, tendo em conta o cruzamento entre a Sociologia e a Museologia. Mais informações:

<https://institutodehistoriadaarte.wordpress.com/2016/06/30/encontro-nos-50-anos-de-lamour-de-lart/>

Conferências, encontros, debates
(internacional)

Calendário ICOM central | 2016

No calendário *online* do ICOM central encontra mais informações sobre os encontros dos próximos meses. Caso seja membro do ICOM pode ainda aceder à **ICOMMUNITY**, plataforma de partilha entre profissionais, que disponibiliza informações sobre as actividades dos comités nacionais e internacionais. Mais informações em:

<http://icom.museum/events/calendar/calendar-2016/>

One Object, Many Visions - EuroVisions. New Ways for History Museums in the 21st Century Europe | 27–29 de Setembro

Org. EMEE | Vienna House, Bruxelas, Bélgica

Conferência final do projecto internacional *EuroVision - Museums Exhibiting Europe* (EMEE). O projecto foi suportado por fundos europeus no âmbito do programa Cultura 2007–2013 e explorou as questões da multiculturalidade e a reflexão em torno das identidades nacionais a partir dos museus de história de âmbito nacional e regional. O Museu Nacional de Arqueologia foi o parceiro português do consórcio internacional. Mais informações em:

<http://www.museums-exhibiting-europe.de/final-conference/>

Un Musée a Imaginer: Le Musée du Quai Branly 10 ans Après | 29–30 de Setembro

Org. Musée du Quai Branly | Paris

Encontro para reflectir sobre a evolução do Musée du Quai Branly passados 10 anos da sua abertura ao público. Mais informações em: <http://www.quaibrantly.fr>

3.º Congresso Internacional *Educación y Accesibilidad en Museos y Patrimonio* | 13–15 de Outubro

Org. Museo Arqueológico de Alicante et al. | Alicante, Espanha

Este terceiro congresso tem como tema central a acessibilidade e a inclusão aplicada ao turismo cultural e natural, com especial atenção para os espaços de ar livre. Mais informações em: <http://accesibilidad.marqalicante.com>

***III Congreso Internacional de Educación Patrimonial* | 26–28 de Outubro**

Org. Instituto del Patrimonio Cultural de España et al. | Complejo Cultural El Águila, Madrid

Centra-se na análise da acção, inovação e reflexão neste campo, onde os vínculos transibéricos têm uma grande importância, tendo o Brasil e Portugal como países convidados. A estrutura dos tempos e os espaços de participação permitirão aprofundar através de análises profundas e cuidadosas de projectos educativos actualmente activos, que estão gerando um movimento de Educação Patrimonial em torno de posturas mais participativas, inclusivas e sociais. Mais informações em: <http://www.ciep3.oepe.es>

***The Human-centered Museum* | 1–4 de Novembro**

Org. Museum Computer Network | Nova Orleães, Estados Unidos

A conferência irá explorar o modo como os museus usam as novas tecnologias para promover a inclusão, a acessibilidade e o “agenciamento”, através de várias perspectivas: <http://conference.mcn.edu/2016/attend.cfm>

***Museus e Acessibilidades* | 10–12 de Novembro**

Org. Asociación de Museólogos y Museógrafos de Andalucía e Associação Portuguesa de Museologia | Sevilha, Espanha

É o V Encontro Transfronteiriço de Profissionais de Museus (EPTM). “Entendemos el museo como un marco de integración social en igualdad y aspiramos a concienciar sobre la accesibilidad universal, sobre el acceso a la cultura de todos los grupos sociales, incidiendo en aquellos que habitualmente no se acercan a ésta.” Mais informações em: <https://etpmuseos.com>

***Money Matters: The Economic Value of Museums* | 10–12 de Novembro**

Org. NEMO (Network of European Museum Organisations) | Karlsruhe, Alemanha

Este evento pretende reflectir sobre a dimensão económica dos museus do ponto de vista interno e externo. Mais informações em: <http://www.ne-mo.org/index.php?id=697>

Risk | 14–15 de Novembro

Org. MuseumNext | Nova Iorque, Estados Unidos

Esta conferência, organizada desde 2009 em diferentes cidades, tem este ano como tema o risco. Como podem os museus contrariar o medo de falhar e encorajar os seus profissionais a correr riscos mesmo em tempos de grande incerteza? Mais informações em:

<http://www.museumnext.com/conference/>

Congreso Internacional de Museografía La Conferencia de Museos de 1934 | 21–23 de Novembro

Org. Real Academia de Bellas Artes de San Fernando | Madrid

A Real Academia de Bellas Artes de San Fernando de Madrid foi a sede da *Conferencia Internacional de Museografía* organizada pela Sociedade das Nações em 1934. Tomando como referente a Conferência de 1934, este congresso internacional de museografia pretende proporcionar o debate entre os profissionais do campo da Museologia e da arquitectura de museus e dar a conhecer as suas considerações sobre a evolução museográfica e as perspectivas de futuro. Mais informações em:

<http://www.realacademiabellasartessanfernando.com/>

Repensar los Museos | 24–26 de Novembro

Org. Museo Thyssen-Bornemisza | Madrid

Trata-se do II Congresso Internacional *Los Museos en la Educación*. Tem como objectivo a partilha de novas ideias sobre educação em museus e centros de arte. Mais informações em:

<http://www.congreso.educathyssen.org>

VI Mouseion – Museus e Património Cultural: Interação e Desenvolvimento no Séc. XXI | 25–27 de Novembro

Org. Mouseion, plataforma transfronteiriça | Plasencia, Espanha

Os museus e em especial os museus locais, tanto dos bairros das grandes cidades como nas zonas mais afastadas dos grandes centros, podem ser uma chave para a abertura de novas formas de intervenção e acção cultural partilhada com a comunidade. O VI Mouseion pretende aclarar conceitos, descobrir falhas, reunir consensos, mostrar propostas e ajudar a encontrar caminhos. Mais informações em: <http://www.museologia-portugal.net/noticias/departamento-museologia-parceira-vi-mouseion-plasencia-espanha>

Gender Mainstreaming & Cultural Rights | 19–21 de Dezembro

Org. International Institute for the Inclusive Museum | Kolkata, Índia

Pretende-se com esta conferência criar um espaço cívico de promoção do género e da diversidade nas instituições culturais. Mais informações em: <http://gender-un2030.inclusivemuseum.org>

Formação

Programa de Formação da Rede Portuguesa de Museus

Org. Rede Portuguesa de Museus | vários locais

Está disponível o programa de formação da Rede Portuguesa de Museus para o segundo semestre do ano. Estão previstos os seguintes cursos: **Educação e Serviços Educativos**; **Inventário do Património Cultural Móvel**; **Conservação Preventiva**; **Património Cultural Imaterial**; e **Divulgação e Comunicação**. É possível fazer inscrições prévias. Mais informações: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/agenda/atividades-rpm/abertas-as-pre-inscricoes-para-o-programa-de-formacao-rpm-2016/>

Programa de Formação da Acesso Cultura

Org. Acesso Cultura | vários locais

Formação sobre **Websites Acessíveis (especial webdesigners)**: 24 de Outubro, no MAAT - Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia (Lisboa); **Planos de Emergência e Evacuação de Pessoas com Necessidades Especiais**: 14 de Novembro, no Museu Nacional Soares dos Reis (Porto); **Direito de Autor e Domínio Público**: 28 de Novembro, no MAAT - Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia (Lisboa). Mais informações: <http://acessocultura.org/cursos>

Sentidos da Imagem em Movimento | várias datas, a partir de Novembro

Org. Culturgest | Culturgest, Lisboa

Programa de formação no âmbito da literacia fílmica no âmbito do Plano Nacional de Cinema. Esta edição centra-se na cinematografia portuguesa e seus respectivos géneros. Os mediadores em museus estão entre os destinatários deste curso. Mais informações: http://www.culturgest.pt/arquivo/2016/se/01/sim_curso.html

Planificação e Organizações de Exposições: O Papel do Curador | 12–13 de Novembro

Org. AntiFrame | Polo Cultural Gaivotas, Lisboa

A exposição constitui o meio através do qual a arte contemporânea adquire visibilidade, ao ponto de ser hoje um elemento fundamental da nossa cultura visual. Daí que seja crescente, nos últimos anos, o interesse pelos modos de conceber e organizar exposições. Assim, neste curso discutem-se os mais recentes desenvolvimentos do discurso crítico respeitante à prática curatorial, analisando-se ainda as metodologias subjacentes à implementação de projectos. Mais informações: www.facebook.com/AntiFrame

Inventário de Bens Culturais da Igreja: Análise, Identificação e Classificação | até Dezembro 2016

Org. Secretário Nacional para os Bens Culturais da Igreja | Domus Carmeli, em Fátima

Programa de formação baseado na aplicação de metodologias de análise, identificação e interpretação. Visa formular questões, juízos de qualidade e valor, desenvolvendo, assim, competências de catalogação e classificação de bens culturais da Igreja. Incidindo nas diversas temáticas inerentes ao trabalho de inventário, o amplo espectro com que se apresenta pretende contribuir para a preparação de profissionais qualificados. A formação estrutura-se em 21 módulos, distribuídos por nove sessões, num total de 36 horas lectivas. Mais informações: <https://www.bensculturais.com>

Chamada para propostas

Prémio Europa Nostra 2016: candidaturas a decorrer | Prazo limite: 1 de Outubro
Org. Europa Nostra

Estão abertas as candidaturas ao prémio Europa Nostra. Trata-se de um dos mais importantes prémios no domínio do património que distingue os melhores projectos de restauro, a investigação mais notável, os profissionais e os voluntários, e os melhores programas de sensibilização, formação e educação. Mais informações: <http://www.europanostra.org/apply-for-an-award-2017>

Bolsas de Doutoramento em Museologia: candidaturas a decorrer | Prazo limite: 30 de Outubro

Org. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Estão em curso as candidaturas a bolsas para o IX curso de Doutoramento em Museologia (2016–2019). As bolsas têm a duração de 36 meses e cobrem os encargos relativamente a emolumentos e propinas. Mais informações: <http://www.museologia-portugal.net>

Programa de Bolsas do Ibermuseum para Profissionais Iberoamericanos: candidaturas a decorrer | Prazo limite: 31 de Dezembro

Org. Ibermuseum

O programa pretende estimular a participação dos profissionais de museus em actividades de capacitação, nomeadamente, cursos, seminários, congressos e *workshops* relacionados com a conservação preventiva, gestão de risco e actuação em situação de emergência. As bolsas destinam-se a profissionais na área da gestão e manuseamento de colecções: conservação, restauro, curadoria, e que trabalhem em instituições museológicas governamentais dos países membros do Ibermuseum. Mais informações:

<http://www.aecid.org.co/index.php?idcategoria=4676>

Colabore com o ICOM Portugal

Já conhece a página de Facebook do ICOM Portugal? Visite, comente e partilhe conteúdos em: <https://www.facebook.com/icomportugal>

O próximo boletim ICOM Portugal será dedicado à gestão de museus e políticas museológicas. Caso queira sugerir conteúdos contacte-nos através do email: boletim.icom.pt@gmail.com (Ana Carvalho) até 30 de Outubro.

FICHA TÉCNICA

Boletim ICOM Portugal, Série III, N.º 7, Setembro 2016 | ISSN 2183-3613

Este boletim é uma edição da Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional de Museus (ICOM Portugal). Publica-se três vezes por ano (Janeiro, Maio e Setembro). As opiniões expressas nos textos assinados são da inteira responsabilidade dos seus autores, não reflectindo necessariamente os pontos de vista do ICOM Portugal.

O boletim adopta a antiga ortografia.

Editora: Ana Carvalho | Revisão: Dália Paulo. Colaboraram nesta edição: Aida Rechená, Alexandre Matos, Ana Carvalho, Clara Frayão Camacho, Inês Fialho Brandão, Joana Sousa Monteiro, José Alberto Ribeiro, Maria de Jesus Monge, Mário Nuno Antas, Pedro Pereira Leite e Sara Barriga Brighenti.

Agradecimentos: Museu do Dinheiro

Design: Maria van Zeller, Sistemas do Futuro | Imagem da capa: Recepção do Museu do Dinheiro (Lisboa) © Museu do Dinheiro

Palácio Nacional da Ajuda – Museu, Ala sul – 2.º Andar, Largo da Ajuda, 1349-021 Lisboa
| tel. 213637095 | info@icom-portugal.org | boletim.icom.pt@gmail.com |
<http://www.icom-portugal.org> | <https://www.facebook.com/icomportugal>

BOAS RAZÕES PARA SER MEMBRO DO CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS

1 FAÇA PARTE DA COMUNIDADE INTERNACIONAL DE MUSEUS

COMUNIQUE-SE com 35.000 especialistas de museus de prestígio mundial

CONSTRUA uma rede sólida de profissionais internacionais em cada especialidade relacionada com os museus

AUMENTE os seus horizontes através de mais de 200 conferências organizadas em cada ano no mundo

PARTICIPE do vasto e diversificado programa da Conferência Geral trianual

2 PARTICIPE DE MISSÕES INTERNACIONAIS

CONFIGURE o futuro das profissões museais

DEFENDA os padrões de excelência e a deontologia dos museus

DESEMPENE um papel na luta contra o tráfico ilícito de bens culturais

COLABORE em programas de planificação e de intervenção em situações de emergência nos museus do mundo inteiro

3 BENEFICIE DOS SERVIÇOS DO ICOM

INFORME-SE sobre as tendências e inovações nos museus através da revista dos profissionais de museus ICOM NEWS e da newsletter mensal

CONSULTE mais de 2.000 publicações dos Comitês do ICOM através de base de dados on-line

CONECTE-SE à ICOMMUNITY, a nova plataforma interativa em linha do ICOM

TORNE-SE membro de alguns dos 30 Comitês Internacionais do ICOM e faça ouvir a sua voz

RESOLVA litígios relacionados com arte e património cultural através do programa de mediação do ICOM-OMPI

E MUITAS OUTRAS VANTAGENS PELA SUA ADESÃO AO ICOM

- Oportunidades de formação e de desenvolvimento profissional
- Cartão ICOM: o seu passaporte internacional para os museus do mundo inteiro
- Descontos em publicações e nas lojas dos museus

Para mais informações, consulte
<http://icom.museum>

